

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

Referente aos trabalhos da 2ª sessão legislativa ordinária da 3ª legislatura, de 15 de março a 15 de dezembro de 1956, apresentado no ato do seu encerramento, pelo Presidente, Dr. JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART.

ex. 2

## Senhores Senadores

Louvável praxe, ininterruptamente seguida, obriga a Mesa do Senado a prestar contas, perante o Plenário e a Nação, dos trabalhos realizados em cada sessão legislativa, no ato do seu encerramento.

É o que, de bom grado, a direção da Casa faz nesta oportunidade, relativamente ao período que hoje se encerra, correspondente à segunda sessão legislativa ordinária da terceira legislatura, iniciada a 15 de março último.

### REUNIÃO PREPARATÓRIA

Apenas uma reunião preparatória foi realizada, em data de 10 de março, para o fim previsto no art. 3º do Regimento Interno.

### M E S A

Na reunião preparatória processou-se a eleição destinada a completar a Mesa, tendo sido escolhidos

|   |       |
|---|-------|
| para Vice-Presidente, o Sr. Senador Apolônio Sales                            | (PSD) |
| para 1º Secretário, o Sr. Senador Vivaldo Lima                                | (PEB) |
| para 2º Secretário (reeleito), o Sr. Senador<br>Freitas Cavalcanti            | (UDN) |
| para 3º Secretário (reeleito), o Sr. Senador<br>Carlos Lindenberg             | (PSD) |
| para 4º Secretário, o Sr. Senador Kerginaldo<br>Cavalcanti                    | (PSP) |
| para 1º Suplente de Secretário, o Sr. Senador<br>Neves da Rocha               | (PTB) |
| para 2º Suplente de Secretário (reeleito), o<br>Sr. Senador Prisco dos Santos | (UDN) |

A Presidência continuou provida com o titular da cadeira, o Vice-Presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1955 e empossado a 31 de janeiro do ano em curso.

### INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Com as solenidades de estilo, instalou-se a 15 de março, no Palácio da Câmara dos Deputados, a sessão legislativa, presentes, pessoalmente ou por meio de representantes, as mais altas autoridades da República e elevado número de personalidades eminentes, inclusive chefes de missões diplomáticas estrangeiras junto ao governo brasileiro.

Naquela oportunidade, como de praxe, foi entregue e lida ao Congresso Nacional a mensagem presidencial, no caso a primeira do atual chefe de Estado.

## COMISSÕES PERMANENTES

Iniciando os seus trabalhos, o Senado em 16 de março compôs as suas Comissões Permanentes, por meio de indicações dos respectivos líderes, na forma do disposto no art. 60 da lei interna.

Ficaram assim constituídos êsses órgãos:

### CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Cunha Melo - Presidente  
Argemiro Figueiredo - Vice-Presidente  
Gilberto Marinho  
Benedito Valadares  
Gaspar Veloso  
Lourival Fontes  
Lima Guimarães  
Daniel Krieger  
Atílio Vivaqua  
Moura Andrade  
Nelson Firmo

### ECONOMIA

Juracy Magalhães - Presidente  
Júlio Leite - Vice-Presidente  
Sá Tinoco  
Sebastião Archer  
Lima Teixeira  
Tarcísio Miranda  
Carlos Saboya

### EDUCAÇÃO E CULTURA

Lourival Fontes - Presidente  
Nelson Firmo - Vice-Presidente  
Armando Câmara  
Assis Chateaubriand  
Mourão Vieira  
Reginaldo Fernandes  
Ezequias da Rocha

### FINANÇAS

Álvaro Adolfo - Presidente  
César Vergueiro - Vice-Presidente  
Ary Viana  
Alberto Pasqualini  
Onofre Gomes  
Paulo Fernandes  
Vitorino Freire  
Mathias Olympio  
Mourão Vieira  
Fausto Cabral  
Daniel Krieger  
Juracy Magalhães  
Júlio Leite  
Othon Mäder  
Npvais Filho  
Domingos Velasco  
Antônio de Barros

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Lima Teixeira - Presidente  
Rui Carneiro - Vice-Presidente  
Sebastião Archer  
Paulo Fernandes  
Lima Guimarães  
Antônio de Barros  
Otacílio Jurema

REDAÇÃO

Ezequias da Rocha - Presidente  
Gaspar Veloso - Vice-Presidente  
João Vilasboas  
Rui Carneiro  
Saulo Ramos

RELAÇÕES EXTERIORES

Georgino Avelino - Presidente  
João Vilasboas - Vice-Presidente  
Gilberto Marinho  
Benedito Valadares  
Lourival Fontes  
Gomes de Oliveira  
Rui Palmeira  
Péricles Pinto  
Moura Andrade

SAÚDE PÚBLICA

Sílvio Curvo - Presidente  
Pedro Ludovico - Vice-Presidente  
Saulo Ramos  
Fausto Cabral  
Mendonça Clark

SEGURANÇA NACIONAL

Onofre Gomes - Presidente  
Caiado de Castro - Vice-Presiden  
Magalhães Barata te  
Francisco Gallotti  
Alencastro Guimarães  
Sílvio Curvo  
Maynard Gomes

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Prisco dos Santos - Presidente  
Gilberto Marinho - Vice-Presiden  
Ary Viana te  
Caiado de Castro  
Armando Câmara  
Mathias Olympio  
Sá Tinoco

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Novais Filho - Presidente  
Neves da Rocha - Vice-Presidente  
Francisco Gallotti  
Magalhães Barata  
Coimbra Bueno

## COMISSÕES ESPECIAIS

No decorrer desta sessão legislativa contou o Senado com as seguintes Comissões especiais, tôdas constituídas em sessões anteriores:

### COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Senador João Villasboas - Presidente  
Senador Georgin Avelino - Vice-Presidente  
Senador Atílio Vivacqua - Relator  
Senador Filinto Müller

### COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DA VALORIZAÇÃO DOS RIOS TOCANTINS E PARNAÍBA

Senador Matias Olympio - Presidente  
Senador Domingos Velasco - Vice-Presidente  
Senador Remy Archer  
Senador Coimbra Bueno  
Senador Ezechias da Rocha

### COMISSÃO ESPECIAL DE MUDANÇA DA CAPITAL DA REPÚBLICA

Senador Coimbra Bueno - Presidente  
Senador Paulo Fernandes - Vice-Presidente  
Senador Atílio Vivacqua - Relator  
Senador Lino de Matos  
Senador Anibal Di Primio Beck

Essas Comissões tinham tido o seu prazo de funcionamento prorrogado por mais um ano, em virtude de requerimentos aprovados na sessão de 15 de dezembro de 1955, a saber:

- Requerimento nº 566/55 - Comissão Especial de Revisão do Código do Processo Civil;
- Requerimento nº 574/55 - Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins - e Parnaíba;
- Requerimento nº 575/55 - Comissão Especial de Mudança da Capital da República.

Mais uma prorrogação foi objeto de aprovação do Senado, relativamente ao prazo dessas Comissões (em 11 de dezembro):

- Requerimento nº 719, - Comissão Especial de Revisão do Código de 1956 do Processo Civil;
- Requerimento nº 720, - Comissão Especial de Mudança da Capital da República.

Com finalidade de representação externa do Senado foram criadas cinco Comissões Especiais, a saber:

- Para visitar o Senador Alberto Pasqualini, por motivo de enfermidade;
- Para visitar o Senador Carlos Lindenberg, por motivo de acidente;
- Para acompanhar os funerais do Deputado Euvaldo Lodi;
- Para levar os cumprimentos do Senado ao Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao ensejo de sua aposentadoria;
- Para representar o Senado no desembarque do Sr. Presidente Juscelino Kubitschek.

Finalmente, em 8 de novembro foi eleita a seguinte Comissão Especial para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional nº 1, de 1956:

Senador Gilberto Marinho  
Senador Gaspar Veloso

Senador Rui Carneiro  
Senador César Vergueiro  
Senador Álvaro Adolfo  
Senador Alô Guimarães  
Senador Gomes de Oliveira  
Senador Lourival Fontes  
Senador Lima Guimarães  
Senador Caiado de Castro  
Senador Argemiro Figueiredo  
Senador Daniel Krieger  
Senador João Villasboas  
Senador Attílio Vivacqua  
Senador Lino de Matos  
Senador Mem de Sá

Essa Comissão teve o seu prazo prorrogado em virtude do requerimento nº 762, hoje aprovado.

### COMISSÕES MISTAS

Em virtude de prorrogação concedida tanto pelo Senado (requerimento nº 562/56, aprovado em 14.12.55), como pela Câmara, continuou em funcionamento a Comissão Mista de Reforma Administrativa, assim constituída:

Deputado Horácio Lafer. - Presidente  
" Lopo Coelho -  
" Gustavo Capanema - Relator  
" Afonso Arinos  
" Bilac Pinto  
" Arnaldo Cerdeira  
" Batista Ramos  
Senador Gomes de Oliveira - Vice-Presidente  
" Ari Viana  
" Caiado de Castro (em substituição ao Senador Cunha Melo)  
" Coimbra Bueno  
" Juracy Magalhães  
" Bernardes Filho  
" Remy Archer (em substituição ao Senador Heitor Medeiros)

A essa Comissão havia sido encaminhado, por deliberação do Senado (sessão de 23.8.56) o Projeto de Lei da Câmara nº 4/56, que cria o Ministério da Economia.

Examinando-o, a Comissão resolveu propor ao Senado a sua rejeição (parecer nº 1 299, de 1956, lido em 30.11.56) e formular outro projeto, de reorganização geral do Poder Executivo, apresentado na Câmara dos Deputados como substitutivo ao de nº 3 563-A, de 1953, ali em curso.

Outra Comissão Mista cujo prazo se prolongou pela sessão legislativa que ora termina é a de Reforma Agrária, a qual na sessão anterior, em que foi criada, era assim constituída:

Senador Paulo Fernandes  
" Heitor Medeiros  
" Lúcio Bittencourt  
" Lima Teixeira  
" Rui Palmeira  
" Júlio Leite  
Deputado Colombo de Souza  
" Daniel de Cargalho  
" Iris Meinberg  
" João Menezes  
" Jonas Bahiense  
" Nestor Duarte

Segundo informações prestadas à Mesa, a Comissão Mista de Reforma Agrária ainda não teve oportunidade de se reunir para dar início aos seus trabalhos.

Em sua composição existem algumas vagas, a saber:

- do Sr. Heitor Medeiros, suplente que deixou de participar dos trabalhos do Senado por motivo de haver o Sr. Filinto Müller reassumido a cadeira de que era titular, ao fim da licença que lhe fôra concedida;
- do Sr. Lúcio Bittencourt, falecido em fins do ano anterior;
- do Sr. Deputado Daniel de Carvalho, por motivo de renúncia, recentemente verificada;
- do Sr. Deputado Iris Meinberg, pelo mesmo motivo.

Também a Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho teve o seu mandato prorrogado para o ano de 1956. Compõem-na os Srs.:

Senadores:

Lima Teixeira - Presidente  
 Rui Carneiro  
 Filinto Müller  
 Francisco Gallotti  
 Saulo Ramos  
 Othon Mäder  
 Argemiro Figueiredo  
 Kerginaldo Cavalcanti  
 Júlio Leite

Deputados :

Aarão Steinbruch  
 Ernani Satiro  
 Jefferson Aguiar  
 Licurgo Leite  
 Lourival de Almeida  
 Moury Fernandes  
 Raimundo de Brito  
 Sílvio Sanson  
 Tarso Dutra

Mais uma prorrogação foi objeto de aprovação do Senado, relativamente ao prazo dessas Comissões (em 11 de dezembro):

- Requerimento nº 721/56 - Comissão Mista de Reforma Administrativa;
- Requerimento nº 722/56 - Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho;

Foram, ainda, constituídas 25 Comissões Mistas para relatar vetos presidenciais, de acôrdo com o Regimento Comum.

#### LIDERANÇA

Exerceram a liderança das bancadas partidárias nesta Casa:

- do Partido Social Democrático, o Sr. Senador Filinto Müller, tendo como colaboradores os Srs. Gaspar Velloso e Paulo Fernandes;
- do Partido Trabalhista Brasileiro, o Sr. Senador Lima Teixeira;
- da União Democrática Nacional, o Sr. Senador João Villasboas, tendo a assistência do Vice-Líder - Sr. Senador Rui Palmeira;
- do Partido Republicano, o Sr. Senador Atílio Vivacqua;
- do Partido Social Progressista, o Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti;
- do Partido Libertador, o Sr. Senador Novais Filho.

## F U N C I O N A M E N T O   D O   S E N A D O

### 1 - SESSÕES REALIZADAS

Foram 248 as sessões realizadas, das quais 177 ordinárias e 71 extraordinárias ( 15 pela manhã, 12 em dias em que o Senado normalmente não se devia reunir e 44 à noite).

Houve dias, no mês de novembro, em que quatro sessões foram levadas a efeito.

### 2 - SESSÕES ESPECIAIS

Realizaram-se 3 sessões especiais, sendo 2 (25 e 27 de julho) para receber chefes de Estado estrangeiros e 1 para comemorar o Dia da Bandeira (19 de novembro).

Parcialmente transformada em especial, foi a de 30 de abril, para receber parlamentares estrangeiros.

Em reverência a datas de especial significação para os sentimentos católicos do povo brasileiro, deixou o Senado de funcionar nos dias

26 a 30 de março (Semana Santa)

10 de maio (Ascensão do Senhor)

31 de maio (Corpus Christi)

29 de junho (São Pedro)

15 de agosto (N. S. da Glória)

1 e 2 de Novembro (Todos os Santos e Finados).



## TAREFA LEGISLATIVA REALIZADA

### A) - O Senado como Câmara iniciadora

Nesta sessão legislativa tiveram início no Senado 49 projetos de leis, dos quais 6 já foram encaminhados à revisão da Câmara. Outros 5 foram rejeitados e, finalmente, os demais 37 continuam em estudo.

Dos projetos iniciados em sessões anteriores 8 foram remetidos à revisão da outra Casa do Congresso. Tiveram o seu percurso encerrado pela rejeição 16 e continuam em estudo de 84.

### B) - O Senado como Câmara revisora

Recebidos 371 projetos de leis originários da Câmara, foram encaminhados à sanção 179, devolvidos à Casa com emendas 34 e rejeitado 1.

Dos projetos recebidos em sessões anteriores 53 foram encaminhados à sanção, devolvidos à Casa de origem com emendas 26 e rejeitados 19.

### C) - Principais projetos vetados

Merecem especial menção, pela relevância dos assuntos de que trataram, os seguintes projetos de leis constantes dos dados estatísticos acima:

- I - Projetos originários do Senado e encaminhados à revisão da Câmara:
  - que atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil;
  - que dispõe sobre o ensino de enfermagem;
  - que concede anistia fiscal aos devedores da Fazenda Nacional da taxa de ocupação de terrenos de marinha e seus acrescidos, desde o ano de 1921 até o corrente exercício, inclusive;
  - que dá nova redação ao § 2º do art. 499 da Consolidação das Leis do Trabalho;
  - que altera o § 1º do art. 534 da Consolidação das Leis do Trabalho;
  - que confere aos reitores das Universidades Federais e das que lhes sejam equiparadas a qualidade de membros natos do Conselho Nacional de Educação e dá outras providências;
  - que isenta de visto consular turistas nacionais de países amigos;
  - que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos Oficiais das Forças Armadas e dá outras providências;
  - que modifica disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.

### II - Projetos da Câmara encaminhados à sanção:

- que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00, destinado à aquisição inicial de Vacina Salk e ao emprestamento e instalação de um laboratório de produção da mesma Vacina, e dá outras providências;
- que extingue a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, cria uma Escola de Marinha Mercante no Ministério da Marinha, e dá outras providências;

- que modifica os arts. 517 e 523 do Código de Processo Civil (processo de inventário e partilha);
- que modifica a alínea e do art. 30 do Decreto-lei nº 9 859, de 13.9.46 (autoriza o DNEF a contrair com o IAPI empréstimos destinados a custear a construção, no país, de material rodante e a eletrificação de linhas da Viação Férrea Leste Brasileiro);
- que provê sobre o pagamento de cooperações financeiras destinadas ao ensino médio;
- que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MVOP - DNER - o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 destinado à construção de uma ponte sobre o rio Paraná, na Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, ligando a rodovia Coronel Oviedo - Porto Presidente Franco à BR-35;
- que estabelece no Orçamento dotação específica para as obras de aproveitamento hidrelétrico do estreito do rio Uruguai;
- que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MVOP, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à construção da estação ferroviária comum às Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e Brasil-Bolívia;
- que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MVOP, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 destinado a atender à despesa com o auxílio extraordinário ao Loide Brasileiro - Patrimônio Nacional - para liquidação de compromissos inadiáveis;
- que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo MVOP, o crédito especial de Cr\$ 3.616.919,30, destinado a regularizar os pagamentos com a liquidação de compromissos acumulados e contraídos pelo Serviço de Navegação da Baía de Prata;
- que promove ao posto ou graduação imediato, os militares incapacitados definitivamente para o serviço ativo, e dá outras providências;
- que estende aos ferroviários das Estradas de Ferro Leopoldina, Santos e Jundiá, Nordeste e Ilhéus e Conquista o benefício das férias de trinta dias;
- que revigora, com alterações, a Lei nº 1 522, de 26.12.51, que autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo;
- que dispõe sobre a execução do Plano do Carvão Nacional;
- que altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos e dá outras providências.

### III - Projetos da Câmara devolvidos à Casa de origem com emendas do Senado:

- que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, e dá outras providências;
- que autoriza a organização de Frigoríficos Nacionais S.A. para instalação de uma rede de armazéns e transportes frigoríficos, e dá outras providências;
- que provê quanto ao disposto no § 31, 2ª parte, do art. 141 da Constituição Federal, e dá outras providências;

- que dispõe sobre a distribuição e aplicação do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios;
- que regula o processo nas ações discriminatórias de terras públicas;
- que determina a transformação das empresas ferroviárias da União, em sociedades por ações, autoriza a constituição da Rede Ferroviária Federal S.A., e dá outras providências;
- que modifica o Código de Organização Judiciária do Distrito Federal, no concernente ao serviço do Registro Civil das Pessoas Naturais, e dá outras providências;
- que altera dispositivo da Lei do Imposto de Renda, institui a tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros em relação ao capital social e as reservas, e dá outras providências;
- que dispõe sobre o Fundo Aeronáutico e dá outras providências;
- que modifica dispositivos da Lei nº 2550, de 25.7.55, que altera o Código Eleitoral (Lei nº 1.164, de 24.7.50) e dá outras providências;
- que prorroga a vigência das medidas de ordem financeira relacionadas com a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico, previstas nas Leis ns. 1.474, de 26.11.51 e 1.628, de 20.6.52, e dá outras providências;
- que prorroga a Lei do Inquilinato e dá outras providências;
- que prorroga, até 30 de junho de 1957, a vigência do regime de licença prevista a que se refere a Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1955, e dá outras providências;

D) - Projetos rejeitados:

Foram os seguintes os projetos que deixaram de merecer aprovação do Senado:

d-1) - Originários do próprio Senado:

- que abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 565.780,00 para atender às despesas da Comissão de Reparções de Guerra, no decorrer de 1947, e Cr\$ 77.456,50 para pagamento de gratificação de função aos funcionários da Secretaria da Comissão de Defesa Econômica;
- que altera o art. 875, do Código de Processo Civil, e dá outras providências;
- que promove ao posto de 1º tenente, com os vencimentos integrais, desde que tenham mais de 25 anos de efetivo serviço os subtenentes e suboficiais das Forças Armadas, quando transferidos para a reserva remunerada;
- que define a função pública, o mandato legislativo, o cargo público eletivo e o cargo público;
- que altera a redação do art. 3º da Lei nº 1.136, de 19 de junho de 1950;

- que altera a Lei nº 1 393, de 12.7.51, que regula a aplicação da cota de que trata o art. 15, § 4º da Constituição Federal;
- que **fixa** o padrão mínimo dos vencimentos do funcionalismo civil da União e dá outras providências;
- que dispõe sobre promoção de oficiais das Forças Armadas;
- que complementa os arts. 145 e 205 da Constituição Federal estabelecendo as diretrizes da política econômica em relação à livre iniciativa;
- que acrescenta dispositivos à Lei nº 1 741, de 23.11.42;
- que dispõe sobre a incompatibilidade para o registro de candidatos a eleição;
- que dispõe sobre a capacidade eletiva;
- que estende aos servidores civis da Nação, aos magistrados, aos trabalhadores e empregados em geral, as vantagens e prerrogativas concedidas aos associados dos Clubes Militares para aquisição de casa própria;
- que regula o comércio do cimento no território nacional;
- que dispõe sobre os ângios mínimos ou sobre taxas de câmbio a que se refere o art. 9º, § 1º da Lei nº 2 145, de 1953;
- que dispõe sobre o pagamento das dívidas das empresas particulares para com os institutos de previdência;
- que regula o exercício de funções privativas dos Oficiais engenheiros ou técnicos das Forças Armadas e dá outras providências;
- que modifica dispositivos da Lei nº 1 900, de 13.6.53, sobre competência dos tribunais para julgamento das ações dos empregados diaristas e mensalistas da União, dos Estados e das entidades autárquicas;
- que dispõe sobre o processo das ações de despejos rurais;
- que modifica o art. 146 da Lei nº 1 711, de 28.10.32;
- que dispõe sobre a venda de bens de estrangeiros portadores de "visto permanente";
- que modifica a redação do art. 9º da Lei nº 1 522, de 26.12.51 (Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo);
- que dispõe sobre o pagamento em ouro de direitos e taxas aduaneiras;
- que proíbe o provimento de cargos públicos, e dá outras providências;
- que institui patrono do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal o General Aristarcho Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, e dá outras providências;
- que dispõe sobre a denominação da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e dá outras providências.

d-2) - Originários da Câmara dos Deputados:

- que autoriza a cobrança, sem multa, da dívida fiscal em atraso, e dá outras providências;

- que altera o § 2º do art. 6º, a letra a e a letra e acrescida ao art. 7º da Lei nº 605, de 5.1.49, que regula o repouso remunerado;
- que assegura aos membros da diretoria de sindicato os direitos de estabilidade no emprego, durante o período de seus mandatos;
- que autoriza a construção de uma ponte internacional sobre o rio Apa, na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso;
- que dispõe sobre a eficácia no tempo dos dissídios coletivos de trabalho;
- que transforma em § 1º o parágrafo único do art. 624 do Decreto-lei nº 5 452, de 1.5.43 - Consolidação das Leis do Trabalho - e acrescenta mais um parágrafo ao mesmo artigo;
- que assegura aos fotógrafos civis dos Ministérios da Marinha, da Guerra, da Viação e Obras Públicas e da Aeronáutica o direito à percepção de diária de voo e do computo de tempo de serviço aéreo;
- que institui, para os Oficiais das Forças Armadas e dos serviços do Exército que concluíram o curso de Oficiais da Reserva, criado em virtude do Decreto-lei nº 8 159, de 3.11.45 e pelo Aviso nº 407, de 3.3.46, um quadro paralelo ao Quadro Ordinário denominado Quadro C;
- que considera de utilidade pública a Federação Brasileira das Sociedades de Tuberculose, sediada no Distrito Federal;
- que institui o salário mínimo para o trabalhador e sua família;
- que considera de grau médio o curso doméstico da Escola Doméstica de Natal, Estado do Rio Grande do Norte;
- que autoriza a construção da ponte Joana Helena, sobre o rio Paraopeba, na localidade denominada Porto de Taquara, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências;
- que dá quitação aos responsáveis por dinheiros públicos inerentes aos respectivos cargos, aposentados até o exercício de 1953, desde que não haja contra os mesmos processos de responsabilidade;
- que acrescenta parágrafo único ao art. 141 do Decreto-lei nº 9 760, de 5.9.46, que dispõe sobre aquisição de imóveis da União e dá outras providências;
- que isenta do imposto de selo e mais impostos federais, nos atos em que fôr parte, a Associação Evangélica Beneficente;
- que dispõe sobre a denominação de instituições de assistência social;
- que regula os honorários dos professores e assistentes dos cursos do Departamento Nacional da Criança, não compreendidos nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 2 189, de 3.3.54;
- que prorroga, por um ano, o prazo de vencimento dos contratos de financiamento agro-pecuários de responsabilidade dos agricultores e pecuaristas das regiões atingidas pela geada, e dá outras providências;

- que concede, para efeito de aposentadoria, ao funcionário com 40 ou mais anos de serviço público, as vantagens da comissão ou da função gratificada que haja exercido durante um ano ou mais no último decênio da carreira;
- que cria cargos na carreira de médico do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências;
- que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender à concessão de auxílio à Associação dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro;
- que altera o art. 54 do Decreto-lei nº 3 651, de ----- 25.9.41 (dá nova redação ao Código Nacional do Trânsito);
- que incorpora aos vencimentos, proventos e salários a gratificação adicional recebida pelos servidores civis e militares para a obtenção de empréstimos e quaisquer outras operações de crédito;
- que regulamenta a profissão de médico.

e) - Leis sancionadas

Das 253 leis sancionadas neste período, 191 foram encaminhadas à Presidência pelo Senado e 62 pela Câmara.

São os seguintes os diplomas que se incorporaram ao elenco legislativo da União:

| <u>Nº</u> | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>   |
|-----------|-------------|---|
| 2.749     | 2.4.56      | Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas.   |
| 2.750     | 4.4.56      | Cria, no Exército o Quadro Auxiliar de Administração (Q.A.A.).  |
| 2.751     | 4.4.56      | Considera de efetivo serviço o tempo que o militar passou ou vier a passar afastado de suas funções em consequência de exercício de cargo público temporário, eletivo ou não.   |
| 2.752     | 10.4.56     | Dispõe sobre a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social dos funcionários e servidores públicos civis e militares com os proventos de aposentadoria ou reforma. |
| 2.753     | 13.4.56     | Revoga o parágrafo único do artigo 9º da Lei n. 1 522, de 26 de dezembro de 1 951 (Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo).                                    |
| 2.754     | 16.4.56     | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, destinado ao custeio de despesas com o comparecimento do Brasil à XV Olimpíada em Helsinki.   |
| 2.755     | 16.4.56     | Dispõe sobre a contribuição de segurados aos Institutos de Previdência.   |
| 2.756     | 17.4.56     | Concede isenção de selo nos recibos das contribuições destinadas a quaisquer instituições de assistência social, que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.  |
| 2.757     | 23.4.56     | Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais.  |
| 2.758     | 26.4.56     | Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas da União o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 para atender ao pagamento de salários-família de vidos a pessoal do mesmo Tribunal.  |

- 2.759            26.4.56            Autoriza o Poder Executivo a pagar à Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, o auxílio de Cr\$ 75.000,00 que se acha inscrito em "Restos a Pagar" no exercício de 1951.
- 2.760            26.4.56            Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$..... 30.000.000,00, sendo Cr\$20.000.000,00 para execução das obras de defesa da cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, e Cr\$ 10,000.000,00 para as das praias de Tambau e Formosa, em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.
- 2.761            26.4.56            Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso semanal remunerado.
- 2.762            30.4.56            Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 como auxílio ao Colégio Brasileiro de Cirurgiões para realização do X Congresso Interamericano de Cirurgia.
- 2.763            2.5.56            Cria, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, e com jurisdição no município de São Bernardo do Campo.
- 2.764            2.5.56            Denomina "Delmiro Gouveia" a atual barragem construída pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco, na cachoeira de Paulo Afonso.
- 2.765            2.5.56            Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para instalação em sede própria da Escola de Belas Artes de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.
- 2.766            2.5.56            Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para atender às despesas com a realização do 2º Congresso Eucarístico de Niterói.
- 2.767            2.5.56            Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 561.700,00, para pagamento de indenizações devidas aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras do aterro do porto de Penedo, no Estado de Alagoas.
- 2.768            2.5.56            Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário, que poderá ser utilizado até o limite de Cr\$ 70.000.000,00, para auxílio e indenização de prejuízos



ocasionados por fatores naturais em municípios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

2.769 2.5.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$..... 554.951,70, Cr\$17.462,70, Cr\$1.235.900,20, Cr\$98.000.000,00, Cr\$ 30.090,00,..... Cr\$48.004.933,90, Cr\$ 389.404,20,..... Cr\$4.660.000,40, Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$. 1.230.478.216,60.

2.770 4.5.56

Suprime a concessão de medidas liminares nas ações e procedimentos judiciais de qualquer natureza que visem a liberação de bens, mercadorias ou coisas de procedência estrangeira, e dá outras providências.

2.771 8.5.56

Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rural Arroio do Meio e a Sociedade Divina Providência os bens situados na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, havidos por arrecadação da herança jacente de Agnes Lammel Zenkner.

2.772 8.5.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender a despesas decorrentes da execução da Lei n. 1 944, de 14 de agosto de 1 953.

2.773 8.5.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização da IV Conferência Rural Brasileira, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

2.774 10.5.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para pagamento de auxílio ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

2.775 10.5.56

Altera o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, e dá outras providências.

2.776 10.5.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ ..... 42.958,10, destinado ao pagamento de diferença de vencimentos aos servidores Renato Mascarenhas de Souza e Benedito Brandão Reis.

- 2.777 10.5.56 Modifica o art. 41 da Lei n. 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal).
- 2.778 14.5.56 Concede a pensão especial de Cr\$... 3.000,00 mensais a Auta Gomes Monteiro Machado, Maria Helena Gomes Machado e Célia Gomes Machado, viúva e filhas de José Monteiro Machado, ex-funcionário do Ministério da Agricultura.
- 2.779 14.5.56 Autoriza a emissão de uma série de selos comemorativos do cinquentenário da morte de Dom João Batista Scalabrini, fundador das Ordens dos Padres Carlistas e das Irmãs Missionárias de São Carlos.
- 2.780 14.5.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário - Justiça Eleitoral - os créditos especiais respectivamente, de Cr\$ 1.129.015,50 e Cr\$ 4.556.832,00, para completar o pagamento de despesas decorrentes da aplicação da Lei n. 2.488, de 16 de maio de 1955, nos exercícios de 1953 e 1954, e de vencimentos do pessoal civil e funções gratificadas no exercício de 1955.
- 2.781 14.5.56 Cria cargos no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.
- 2.782 14.5.56 Reestrutura o Quadro de Oficiais Veterinários do Exército e dá outras providências.
- 2.783 14.5.56 Abre ao Congresso Nacional - Câmara dos Deputados - o crédito suplementar de Cr\$ 67.790.410,00, para pagamento de despesas decorrentes da Resolução n. 58, de 1956.
- 2.784 16.5.56 Abre ao Poder Judiciário - Supremo Tribunal Federal - o crédito especial de Cr\$ 350.000,00, para atender ao pagamento de diferença de vencimentos de Ministros do Tribunal Federal de Recursos, em exercício naquele Tribunal, e a seus funcionários, nos exercícios de 1952 a 1955.
- 2.785 16.5.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 382.000,00, para atender as despesas com a representação do Brasil na Reunião de Fundação da União Internacional de Magistrados, realizada em setembro de 1953, na cidade de Viena, Áustria.
- 2.786 21.5.56 Altera a lei sobre desapropriação por utilidade pública.
- 2.787 25.5.56 Concede a inclusão da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

- 2.788 25.5.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ ..... 1.500.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar o custeio das despesas com a realização do II Congresso Internacional de Alergia, do VI Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e do I Congresso Brasileiro de Saúde Mental.
- 2.789 28.5.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de, respectivamente, Cr\$ 1.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as comemorações dos centenários da fundação de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, e do Município de Pinheiro, no Estado do Maranhão.
- 2.790 28.5.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 315.156,00 para pagamento a diversas firmas e pessoas que forneceram material ou prestaram serviços, no exercício de 1951, ao Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.
- 2.791 28.5.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.000.000,00, para atender no exercício de 1953, ao que dispõe o art. 3º da Lei n. 2 470, de 28 de abril de 1 955.
- 2.792 28.5.56 Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00.
- 2.793 1.6.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a auxiliar a Academia Brasileira de Ciências, do Distrito Federal, na aquisição ou construção do imóvel para sua sede própria.
- 2.794 1.6.56 Modifica o art. 66 do Decreto-lei n. 2 651, de 25 de setembro de 1 941 (Código Nacional do Trânsito).
- 2.795 12.6.56 Dispõe sobre a fabricação e comércio de vinhos, seus derivados e bebidas em geral, e de outras providências.
- 2.796 12 6.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos especiais respectivamente, de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Ilheus, no Estado da Bahia, e Iconha, no Estado do Espírito Santo, no amparo às vítimas do ciclone e da tromba d'água ocorridos naquelas cidades.

|       |                                    |   |
|-------|------------------------------------|---|
| 2.797 | 15.6.56                            | Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a registrar os diplomas expedidos pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis.  |
| 2.798 | 15.6.56                            | Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - o crédito especial de Cr\$ 32.890,00, destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço ao Dr. Henoch da Silva Reis, Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus, Estado do Amazonas, no exercício de 1954.  |
| 2.799 | 15.6.56                            | Revigora, pelo prazo de mais dois exercícios o crédito especial de Cr\$ .... 2.800.000,00 autorizado pela Lei n. 2069, de 9 de novembro de 1953, para ocorrer a despesas com a encomenda de dois painéis a serem doados pelo governo brasileiro à sede permanente da Organização das Nações Unidas.   |
| 2.800 | 18.6.56                            | Cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de químico, e dá outras providências.   |
| 2.801 | 18.6.56                            | Extingue a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, cria uma Escola de Marinha Mercante no Ministério da Marinha, e dá outras providências.  |
| 2.802 | 18.6.56                            | Modifica o art. 565 do Decreto-lei n. 9502, de 23 de julho de 1946 (Consolidação das Leis do Trabalho).   |
| 2.803 | 21.6.56                            | Dispõe sobre o pagamento de Cr\$... 50.000.000,00 ao Estado de Pernambuco, a título de indenização pelo Território da Ilha de Fernando Noronha.   |
| 2.804 | 25.6.56<br>(promulgada)<br>23.7.56 | Dispõe sobre normas processuais para o reajuste de dívidas dos pecuaristas.   |
| 2.805 | 25.6.56                            | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a Pontifícia Universidade Católica a terminar a construção e instalação da Universidade à rua Marques de São Vicente, no Distrito Federal, e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nas obras de ampliação de suas instalações. |
| 2.806 | 27.6.56                            | Dispensa, até 31 de dezembro de 1958, a exigência do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para os Capitanes, do Quadro dos Serviços do Exército.   |
| 2.807 | 28.6.56                            | Prorroga, até 31 de dezembro de 1956, o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior.  |

- 2.808 29.6.56 Abre ao Congresso Nacional - Senado Federal e Câmara dos Deputados - os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$... 357.475,10 e Cr\$ 746.000,00, destinados a atender despesas com o pagamento de seus servidores, e dá outras providências.
- 2.809 2.7.56 Cria, cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, para atender a autonomia das Faculdades de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.
- 2.810 2.7.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, concedido como auxílio ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, na realização do Primeiro Congresso Pan-Americano de História da Medicina e Terceiro Congresso Brasileiro de História da Medicina.
- 2.811 2.7.56 Dispõe sobre apostila de diploma de técnico de contabilidade conferido aos ex-alunos do antigo curso de contador, mediante a prestação de exame de suficiência.
- 2.812 5.7.56 Autoriza o Poder Executivo a doar dois terrenos foreiros a Associação Damas de Caridade, com sede em Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.
- 2.813 6.7.56 Concede isenção de importação e mais taxas aduaneiras à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para importação de uma "Caterpillar".
- 2.814 6.7.56 Dispõe sobre a concessão de auxílio aos municípios situados no Polígono das Secas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água.
- 2.815 6.7.56 Modifica o inciso VII do art. 7º da Lei n. 2 145, de 29 de dezembro de 1 953 (Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio com o exterior, e dá outras providências).
- 2.816 6.7.56 Modifica os arts. 517 e 523 do Código de Processo Civil.
- 2.817 9.7.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.700,00, para pagamento de indenização a Urbano Teixeira de Menezes.
- 2.818 9.7.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - o crédito especial de Cr\$ 972.290,00, destinado ao pagamento de funcionários daquele Tribunal, por força da Lei n. 2 488 de 16 de maio de 1 955.

- 2.819 9.7.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª. Região - o crédito especial de Cr\$ 19.299,50, destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço a funcionários do mesmo Tribunal.
- 2.820 10.7.56 Dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos, e dá outras providências.
- 2.821 14.7.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para construção de um prédio destinado as instalações da sede da Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos e respectiva Agência em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
- 2.822 14.7.56 Dispõe sobre o registro de diploma de enfermeiro, expedido até o ano de 1950, por escolas estaduais de enfermagem não equiparadas nos termos do Decreto 20109, de 15 de junho de 1931, e da Lei n. 775, de 6 de agosto de 1949, e dá outras providências.
- 2.823 14.7.56 Suprime a graduação no posto imediato aos oficiais das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.
- 2.824 17.7.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.750.000,00, como auxílio à Escola Superior de Química do Paraná.
- 2.825 17.7.56 Extingue a Câmara de Reajustamento Econômico.
- 2.826 17.7.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 10.000.000,00 para conceder auxílio à Associação Museu de Arte de São Paulo e ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.
- 2.827 18.7.56 Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para dois transmissores de rádio-difusão, com seus pertences e acessórios, adquiridos pela Rádio Globo S/A.
- 2.828 18.7.56 Retifica a importância e modifica o parágrafo único do art. 7º da Lei n. 2 712, de 21 de janeiro de 1956 - (Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria integrada na Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências).

- 2.829 18.7.56 Releva a prescrição em que incorreram para pleitear os benefícios do Decreto-lei n. 145, de 29 de dezembro de 1937, os funcionários do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas, e os do Quadro de Escriurários do Ministério da Educação e Cultura.
- 2.830 18.7.56 Concede isenção de direitos de importação, de imposto de consumo e de taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para cem mil pacotes, contendo 16 666 caixas de brinquedos, doados à Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil pela War Relief Service (N.C.W.C.) dos Estados Unidos da America do Norte.
- 2.831 20.7.56 Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e da outras providências.
- 2.832 20.7.56 Abre ao Poder Judiciário - Justiça Eleitoral - o crédito especial de Cr\$. 830.400,00, para atender ao pagamento de despesas com substituições de pessoal, salário-família e alugueis de imóveis, no exercício de 1954.
- 2.833 24.7.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Supremo Tribunal Federal - o crédito especial de Cr\$. 4.733.823,80, para atender às despesas com o pagamento das diferenças de vencimentos e gratificações, por tempo de serviço e de salário-família a Ministros e funcionários daquele Tribunal.
- 2.834 24.7.56 Concede a inclusão da Escola de Sociologia e Política de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.
- 2.835 25.7.56 Dispõe sobre o tempo de serviço prestado por funcionário ou extranumerário federal ocupante do cargo de Engenheiro-Chefe da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.
- 2.836 31.7.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica o crédito especial de Cr\$. 174.140,80 para atender ao pagamento de gratificações aos engenheiros lotados naquele Conselho.
- 2.837 31.7.56 Altera o art. 14 da Lei n. 2 370, de 9 de dezembro de 1954. (Transferencia de oficial general das Forças Armadas para a Reserva Remunerada)
- 2.838 2.8.56 Concede isenção de tributos a duas imagens, um relógio e materiais destinados à Prelazia de Pinheiro, à Igreja de São João de Tauape, à Matriz de Sumaré e à Associação Maternidade de São Paulo.

- 2.839 2.8.56 Dispõe sobre cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e o abono de faltas não justificadas.
- 2.840 4.8.56 Abre ao Poder Judiciário - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - o crédito especial de Cr\$ 92.400,00, destinado ao pagamento de gratificação eleitoral aos membros daquele Tribunal e a treze funcionários requisitados.
- 2.841 4.8.56 Isenta de direitos de importação e taxas aduaneiras as sociedades com sede e administração no país, que exploram ou venham a explorar a fabricação de baterias e de pilhas secas.
- 2.842 10.8.56 Concede a pensão especial de Cr\$... 3.000,00 mensais a Jovina Ferreira de Ubatuba, viúva do Dr. Ezequiel Ubatuba, ex servidor federal.
- 2.843 13.8.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para atender ao pagamento, no exercício de 1956, da subvenção concedida pela Lei n. 2.737, de 18 de fevereiro de 1956, à Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade do Recife.
- 2.844 13.8.56 Abre ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - o crédito especial de Cr\$.. 2.202.069,00, destinado ao pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações de representação e de adicionais por tempo de serviço e substituições dos juizes, suplentes e vogais do Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região, nos exercícios de 1948 a 1953.
- 2.845 13.8.56 Concede a pensão especial de Cr\$.. 1.000,00 a Maria Gurgel Braga Herbster, viúva de Raimundo Herbster, Coletor federal aposentado em Maranguape, Estado do Ceará, falecido em 1941.
- 2.846 13.8.56 Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 5.445.200,00, para atender ao pagamento do abono especial temporário aos funcionários e extranumerários da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956...
- 2.847 18.8.56 Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pelo Estado do Piauí por intermédio da Sylvania & Cia Ltda.
- 2.848 18.8.56 Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um aparelho de Raios X e seus pertences, destinado ao Hospital São Marcos, com sede no Rio de Janeiro.



|       |         |  |
|-------|---------|--|
| 2.849 | 22.8.56 | Restabelece subvenções ordinárias omitidas no Orçamento Geral da União para o exercício de 1 955 (Lei n. 2 368, de 9 de dezembro de 1 954).  |
| 2.850 | 25.8.56 | Modifica o art. 300 da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).   |
| 2.851 | 25.8.56 | Dispõe sobre a Organização Básica do Exército.   |
| 2.852 | 25.8.56 | Assegura estabilidade no serviço ativo militar dos sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e da outras providências.   |
| 2.853 | 28.8.56 | Altera a Lei n. 1.046, de 2 de janeiro de 1950 (Dispõe sobre consignação em folha de pagamento).   |
| 2.854 | 28.8.56 | Autoriza a organização da Frigoríficos Nacionais S/A, para a instalação de uma rede de Armazens e Transportes Frigoríficos.  |
| 2.855 | 28.8.56 | Restitui ao patrimônio do Estado de Minas Gerais a propriedade de imóvel doado à União pelo mesmo Estado, em 1912, situado na cidade de Belo Horizonte, e da outras providências.  |
| 2.856 | 29.8.56 | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, destinado a atender a despesas com a execução, no exercício de 1 955, da Lei n. 2.453, de 15 de abril de 1 955.   |
| 2.857 | 29.8.56 | Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para ocorrer as despesas decorrentes das Leis ns. 2 550, de 25 de julho de 1 955 e 2 582, de 30 de agosto de 1 955.   |
| 2.858 | 29.8.56 | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$..... 700.000,00, a fim de auxiliar as populações dos municípios de Feijó e Tarauacá, no Território do Acre, vitimadas pelas enchentes em 1 955.   |
| 2.859 | 29.8.56 | Modifica o art. 1º da Lei n. 2 494, de 26 de maio de 1 955 (Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$..... 500.000,00 para ocorrer a despesas de toda e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial. |

- 2.860 31.8.56 Estabelece prisão especial para os dirigentes de entidades sindicais e para o empregado no exercício de representação profissional ou no cargo de administração sindical.
- 2.861 4.9.56 Autoriza o Poder Executivo a conceder ao professor Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho, os proventos e vantagens de professor catedrático da Universidade do Brasil.
- 2.862 4.9.56 Altera dispositivos da Lei do Imposto de Renda, institui a tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros em relação ao capital social e às reservas, e de outras providências.
- 2.863 6.9.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 669.763.232,50, destinado a regularizar as despesas feitas, mediante adiantamento, com a execução de obras de emergência na região nordestina assolada pela seca.
- 2.864 6.9.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, destinado ao pagamento de despesas realizadas, no exercício de 1950, com a recepção de representações estrangeiras presentes aos festejos comemorativos da Semana da Pátria.
- 2.865 6.9.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 102.520.840,00, destinado a saldar os compromissos assumidos pelos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (S.N. A.P.P.), com a renovação de sua frota.
- 2.866 13.9.56 Modifica o art. 114, do Decreto-lei n. 483, de 8 de julho de 1938.
- 2.867 13.9.56 Releva a prescrição em que incorreu o direito de Francisco Pereira Veras, servidor do Território Federal do Acre, de pedir aposentadoria.
- 2.868 17.9.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 180.000,00 para atender a despesas com substituições de Ministros e funcionários daquele Tribunal, ocorridas no exercício de 1954.
- 2.869 17.9.56 Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exclusiva de Previdência Social, para um equipamento completo destinado a instalação de uma fábrica produtora de Anidrido ftálico, importado da Alemanha pela Empresa Produtos Químicos "Elekeiroz" Sociedade Anônima.

- 2.870 17.9.56 Autoriza o Poder Executivo a celebrar o 1º centenário da visita do Imperador Dom Pedro II ao Baixo São Francisco e a Cachoeira de Paulo Afonso, e dá outras providências.
- 2.871 17.9.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 a fim de serem consolidadas e prosseguidas, em acordo com o Governo do Estado do Amazonas, as obras do Aeroporto Internacional de Manaus.
- 2.872 18.9.56 Revoga o § 7º do art. 264, e altera o art. 266 do Decreto-lei n. 5 452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).
- 2.873 18.9.56 Modifica o § 3º do art. 17, e parágrafo único do art. 19 e o art. 44 do Decreto-lei n. 7 036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho).
- 2.874 19.9.56 Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.
- 2.875 19.9.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 50.000.000,00, Cr\$ ..... 20.000.000,00, Cr\$ 50.000.000,00 e Cr\$... 20.000.000,00, para auxiliar a Cruzada de São Sebastião, do Distrito Federal, o Serviço Social contra o Mocambo, de Recife, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Vitória, na melhoria das condições de habitação dos favelados, e dá outras providências.
- 2.876 20.9.56 Concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.
- 2.877 20.9.56 Altera a Lei n. 1 975, de 4 de setembro de 1 953, e dá outras providências.
- 2.878 21.9.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.346.000,00 para atender despesas omitidas no Orçamento Geral da União de 1 956.
- 2.879 21.9.56 Modifica o art. 42 e seu parágrafo único do Decreto-lei n. 4 014, de 13 de janeiro de 1 942, alterado pelo Decreto-lei n. 9 832, de 11 de setembro de 1 946.
- 2.880 21.9.56 Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 6.108,60 para atender a despesas, com o tratamento e transporte do funcionário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, Antônio Pinheiro de Lima.

- 2.881      21.9.56      Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas - Departamento dos Correios e Telégrafos - uma série de selos comemorativos do primeiro centenário da fundação do Colégio Arquidiocesano de São Paulo.
2. 882      21.9.56      Abre, ao Poder Legislativo, os créditos suplementar de Cr\$ 24.920.000,00, sendo Cr\$ 16.520.000,00 à Câmara dos Deputados e Cr\$ 8.400.000,00 ao Senado Federal, em reforço de dotações orçamentárias vigentes; o especial de Cr\$ 27.041,10, para pagamento de diferença de salário-família e gratificação adicional no período de 1 951 a 1 955.
- 2.883      24.9.56      Concede a pensão especial de Cr\$... 5.000,00 mensais a Antonieta Moreira, viúva do jornalista Nestor Moreira.
- 2.884      24.9.56      Abre ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - o crédito especial de Cr\$... 215.393,90, destinado a atender as despesas de ajuda de custo para o pessoal civil e substituições da Justiça do Trabalho da Setima Região - Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento - relativas ao exercício de 1 954.
- 2.885      25.9.56      Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - o crédito especial de Cr\$..... 30.000.000,00, destinado à construção de uma ponte sobre o rio Paraná, ligando a rodovia Coronel Oviedo-Porto Presidente Franco à BR-35.
- 2.886      27.9.56      Concede a pensão especial de Cr\$... 1.000,00 mensais a Maria do Carmo Martins de Andrade, viúva do ex-médico da Saúde dos Portos, Floro da Silveira Andrade.
- 2.887      1.10.56      Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - o crédito especial de Cr\$ 251.024,10 para pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações adicionais por tempo de serviço e de representação e substituições de juizes, vogais e suplentes de juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região.
- 2.888      1.10.56      Abre ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - o crédito especial de Cr\$... 7.460,00 para atender ao pagamento de diárias e salário-família, devidos nos exercícios de 1947 a 1954, a juizes suplentes e funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região.

|       |         |  |
|-------|---------|--|
| 2.889 | 1.10.56 | Define e pune o crime de genocídio.  |
| 2.890 | 1.10.56 | Dispõe sobre a isenção tributária da Companhia Hidroelétrica do São Francisco.   |
| 2.891 | 1.10.56 | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 7.958.472,90 para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Co. para aquele Ministério.   |
| 2.892 | 1.10.56 | Concede a pensão especial de Cr\$... 3.000.00 mensais a Maria Augusta Cândida.   |
| 2.893 | 1.10.56 | Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, dois rádios e um aparelho de televisão destinados, respectivamente, aos Externatos Nossa Senhora da Assunção, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e Nossa Senhora das Mercês, no Distrito Federal.  |
| 2.894 | 1.10.56 | Concede isenção de impostos ou direitos de importação e afins, de quaisquer tributos e do imposto de consumo relativo a maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos, utensílios, matérias primas e materiais de qualquer natureza destinados a Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita). |
| 2.895 | 8.10.56 | Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Supremo Tribunal Militar - o crédito especial de ..... 416.712,00 para atender ao pagamento de vencimentos e adicionais, no exercício de 1956, aos advogados de 2ª. entrância da Justiça Militar, Renato Dardeau de Albuquerque e Alfredo Ribeiro Sacramento.             |
| 2.896 | 8.10.56 | Modifica o art. 5º do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, a que se refere o Decreto n. 24.427, de 19 de junho de 1934.   |
| 2.897 | 8.10.56 | Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para material doado ao Convento dos Franciscanos de Periperi, no Estado do Piauí, e destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.  |
| 2.898 | 8.10.56 | Isenta de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras, treze caixas contendo objetos religiosos, trazidos da Itália por um Irmão Marista, para serem oferecidos aos alunos dos vários colégios e ginásios maristas do Brasil.   |

- 2.899 8.10.56 Provê sobre o pagamento de coope-  
rações financeiras destinadas ao ensino  
médio.
- 2.900 8.10.56 Isenta de direito de importação, im-  
posto de consumo e taxas aduaneiras, ex-  
ceto a de previdência social, sete volu-  
mes destinados ao Revmo. Padre Nicola  
Pinto, pertencente às Obras Assistenci-  
ais do Pontifício Instituto das Missões.  
(PIME).
- 2.901 8.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir,  
pelo Ministério da Educação e Cultura, o  
crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para  
atender despesas com a realização do I  
Congresso Pan-Americano de Estudantes de  
Arquitetura e Urbanismo.
- 2.902 8.10.56 Isenta de direitos de importação, im-  
posto de consumo e taxas aduaneiras os  
materiais importados pela Cia. Metalúr-  
gica Barbara.
- 2.903 8.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir,  
pelo Ministério da Saúde, o crédito es-  
pecial de Cr\$ 2.000.000,00 para ocorrer  
as despesas de desapropriação, por utili-  
dade pública, de imóvel situado em Reci-  
fe, capital do Estado de Pernambuco.
- 2.904 8.10.56 Revigora por 30 dias o prazo conce-  
dido no § 7º do art. 6º da Lei n. 2 193,  
de 9 de março de 1 954.
- 2.905 8.10.56 Revalida a autorização contida no  
art. 11 da Lei n. 1 956, de 26 de agos-  
to de 1 953.
- 2.906 12.10.56 Isenta de impostos de importação e  
taxas aduaneiras um órgão elétrico -  
pneumático, destinado à Matriz de Santo  
Afonso de Ligório, no Distrito Federal.
- 2.907 12.10.56 Autoriza a emissão de selos comemo-  
rativos do 36º Congresso Eucarístico In-  
ternacional.
- 2.908 12.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir,  
pelo Ministério da Justiça e Negócios  
Interiores, o crédito especial de Cr\$...  
300.000,00, para auxiliar a Federação  
Brasileira de Colegios Notariais na rea-  
lização do IV Congresso Internacional do  
Notariado Latino.
- 2.909 12.10.56 Altera o quadro do pessoal da Secre-  
taria do Tribunal Regional Eleitoral do  
Estado do Paraná, e dá outras providên-  
cias.
- 2.910 12.10.56 Modifica o Código de Organização Ju-  
diciária do Distrito Federal, no concer-  
nente ao serviço do Registro Civil das  
Pessoas Naturais e dá outras providências.

- 2.911 12.10.56 Estende a fiscais de rendas federais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei n. 1 325, de 23 de janeiro de 1951.
- 2.912 12.10.56 Concede à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para materiais destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços.
- 2.913 13.10.56 Retifica a Lei n. 2 493, de 21 de maio de 1 955 (autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 694.344,60, para atender ao pagamento de fornecimentos feitos no exercício de 1952, a diversos órgãos do mesmo Ministério).
- 2.914 13.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90 para ressarcir os prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados, pensionistas e asilados.
- 2.915 13.10.56 Estende aos concursos de ciências econômicas, contábeis e atuariais o disposto no art. 61 do Decreto-lei n. 1 190, de 4 de abril de 1 939, alterado pelo Decreto-lei n. 8 195, de 20 de novembro de 1 945.
- 2.916 13.10.56 Altera a tabela das taxas, anuidades, multas e contribuições concernentes aos atos da Propriedade Industrial a que se refere o art. 212 do Decreto-lei n. 7 903, de 27 de agosto de 1 945 (Codigo da Propriedade Industrial), alterada pelo Decreto-lei n. 8 936, de 26 de Janeiro de 1 946.
- 2.917 13.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 2.500.000,00, para atender ao pagamento da subvenção devida a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.
- 2.918 13.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de 240.000.000,00 em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.
- 2.919 13.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500,00 destinado a indenizar o guarda-civil Ibrahim Generoso da Silva das despesas realizadas com seu tratamento, em consequência de acidente em serviço.

- 2.920 13.10.56 Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e das outras providências.
- 2.921 21.10.56 Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal.
- 2.922 21.10.56 Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Diocese de Petrolina, no Estado de Pernambuco, por ocasião dos festejos comemorativos do seu jubileu de prata.
- 2.923 21.10.56 Revigora o Inciso IX, do § 6º, do art. 178, da Lei n. 3 071, de 1º de janeiro de 1 916 (Código Civil).
- 2.924 21.10.56 Modifica o Art. 300 do Decreto-lei n. 5 452, de 1º de maio de 1 943 - (Consolidação das Leis do Trabalho).
- 2.925 21.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para a reconstrução dos edifícios em que funcionavam as obras educacionais e sociais da Paróquia de Iraputã, município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.
- 2.926 21.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 306.040,00, destinada a atender as despesas com a participação do Brasil na X Reunião das Altas Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.
- 2.927 23.10.56 Altera o Decreto-lei n. 5 878, de 4 de outubro de 1 943, que autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento.
- 2.928 23.10.56 Altera a legislação do Imposto de Consumo.
- 2.929 27.10.56 Disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e das outras providências.
- 2.930 27.10.56 Modifica o art. 92, da Tabela constante do Decreto n. 32 392, de 9 de março de 1 953 (Consolidação das Leis do Imposto do Selo).
- 2.931 27.10.56 Dispõe sobre o penhor industrial de veículos automotores, equipamentos para a execução de terraplenagem e pavimentação e quaisquer viaturas de tração mecânica usadas nos transportes de passageiros e cargas, e das outras providências.
- 2.932 31.10.56 Torna inalienáveis, durante 10 anos, os lotes para colonização concedidos pelo Governo Federal.



- 2.933 31.10.56 Modifica o art. 42 e seu parágrafo único do Decreto-lei n. 4.014, de 13.1.42, alterado pelo Decreto-lei n. 9.832, de 11.9.46.
- 2.934 31.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a realização da 6a. Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-pecuária Industrial, na cidade de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.
- 2.935 31.10.56 Concede a subvenção anual de Cr\$... 2.500.000,00 à Escola Superior de Agricultura de Lavras, no Estado de Minas Gerais.
- 2.936 31.10.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para atender às despesas decorrentes das comemorações do "Ano Santos Dumont" em todo o território nacional.
- 2.937 31.10.56 Autoriza a abertura, ao Tribunal de Contas, do crédito suplementar de Cr\$... 600.000,00 em reforço de dotações do Orçamento em vigor.
- 2.938 2.11.56 Dispõe sobre os programas de ensino que servirão de base ao concurso de cargo de magistério.
- 2.939 8.11.56 Concede pensões especiais às famílias de servidores falecidos em acidentes no Serviço do Departamento de Munições do Centro de Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha.
- 2.940 8.11.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário - Tribunal Federal de Recursos - o crédito suplementar de Cr\$... 283.000.000,00 em reforço de dotações que especifica.
- 2.941 8.11.56 Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$500.000,00 à Diocese de Petrolina, no Estado de Pernambuco, ao ensejo das festividades comemorativas do seu jubileu de prata e das outras providências.
- 2.942 8.11.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 323.012,20, para atender ao pagamento de gratificação de magistério.
- 2.943 8.11.56 Modifica a alínea c do art. 30 do Decreto-lei n. 9859, de 13.9.46 (autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro a contrair com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários empréstimos destinados a custear a construção, no país, de material rodan-

te e a eletrificação de linhas da Viação  
Férrea Federal Leste Brasileiro.

2.944 8.11.56

Dispõe sobre a distribuição e aplicação do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

2.945 10.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, destinado a auxiliar o Estado de Minas Gerais nos prejuízos ocasionados com o incêndio das obras do Frigorífico de Carreira Comprida, no município de Santa Luzia, daquele Estado da Federação.

2.946 17.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito suplementar de Cr\$ 2.650.000,00, em reforço ao Anexo n. 5, do Orçamento Geral da União (Lei n. 2.135, de 14 de dezembro de 1953).

2.947 17.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Justiça Eleitoral - o crédito especial de Cr\$ 309.000,00 para atender a despesas com gratificação de natureza eleitoral realizadas no exercício de 1954 pelos Tribunais Regionais Eleitorais de Minas Gerais, Piauí e São Paulo.

2.948 17.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário - Tribunais Eleitorais - o crédito especial de Cr\$ ..... 906.436,20 para atender a despesas com a Justiça Eleitoral, correspondentes aos exercícios de 1950 a 1954.

2.949 17.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário - Superior Tribunal Militar - o crédito especial de Cr\$ ... 27.444,30 para ocorrer despesas correspondentes aos exercícios de 1951, 1953 e 1954, com o pagamento de salário-família, gratificação adicional e diferença de vencimentos e atrasados a funcionários daquele Tribunal.

2.950 17.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxiliar a realização da III Conferência Nacional de Jornalistas, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

2.951 17.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário - Justiça Eleitoral - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - o crédito especial de Cr\$ 13.500,00 para ocorrer ao pagamento de salário-família devido a funcionários de sua Secretaria, nos exercícios de 1948 a 1954.

2.952 17.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário - Justiça Eleitoral -

o crédito especial de Cr\$ 791.406,50 para atender a despesas diversas realizadas no exercício de 1955 pelos Tribunais Regionais Eleitorais de Alagoas, Maranhão, São Paulo, Amazonas, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul.

2.953 17.11.56

Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior.

2.954 17.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.000.000,00, destinado ao pagamento da dívida contraída pela Associação Paulista de Combate ao Câncer.

2.955 17.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado a atender as despesas com o reaparelhamento da rede de estabelecimentos penais do Distrito Federal.

2.956 17.11.56

Majora a subvenção concedida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dá outras providências.

2.957 17.11.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil para a manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acordo celebrado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte.

2.958 17.11.56

Cria diversos cargos no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.

2.959 17.11.56

Altera o Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

2.960 23.11.56

Modifica o art. 1º do Decreto-lei n. 7.199, de 28.12.44, alterado pelo Decreto-lei 8.005, de 27.9.45, (autoriza a concessão de subvenção à Fundação Brasil Central).

2.961 23.11.56

Estabelece, no Orçamento, dotação específica para as obras de aproveitamento hidroelétrico do estreito do rio Uruguai.

2.962 23.11.56

Abre ao Poder Legislativo - Câmara dos Deputados - o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para a instalação de aparelhagem destinada a votação por processo mecânico.

- 2.963 23.11.56 Concede a pensão especial de Cr\$... 2.000,00 mensais a Alexandrina Almeida Antunes e Florentina Almeida Antunes, filhos da funcionária dos Correios e Telegrafos, já falecida, Maria Arcelina de Almeida.
- 2.964 24.11.56 Denomina "Casa da Criança Dr. Antônio Epaminondas Gouveia" o edifício construído pelo Governo Federal, e onde funciona o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.
- 2.965 24.11.56 Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Município de Irai, no Estado do Rio Grande do Sul, para cumprimento do disposto no artigo 2º, inciso VII, da Lei n. 2 661, de 3.12.55.
- 2.966 24.11.56 Concede a pensão de Cr\$ 3.000,00 mensais a Amarília de Azevedo Moreira, viúva do Major da Revolução Acreana Leônicio Moreira.
- 2.967 24.11.56 Concede a pensão especial de Cr\$... 5.000,00 mensais ao jornalista Hamilton Barata.
- 2.968 24.11.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$60.000.000,00, destinado à edificação de muros de proteção e de passagens superiores para pedestres para linhas da Estrada de Ferro Leopoldina, no perímetro urbano do Distrito Federal até a estação de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.
- 2.969 24.11.56 Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Tribunais Regionais do Trabalho das 3ª., 4ª., e 5ª. Regiões - os créditos especiais de Cr\$413.181,00 - Cr\$ 142.177,00, Cr\$ 371.016,00 e Cr\$..... 102.002,20.
- 2.970 24.11.56 Modifica o artigo 875, caput. do Código de Processo Civil.
- 2.971 24.11.56 Concede pensão especial de Cr\$ ... 5.000,00 mensais a Maria Nair Pires Ferreira Pova, viúva do Professor Helion de Menezes Pova.
- 2.972 24.11.56 Revoga o Decreto-lei n. 8.887 de 24.1.1946, que criou a Colonia de Férias da Aeronautica de Rodeio.
- 2.973 26.11.56 Prorroga a vigência das medidas de ordem financeira relacionadas com a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico previstas nas Leis ns. 1 474, de 26 de novembro de 1951, e 1 628, de 20 de junho de 1952, e dá outras providências.

| <u>Nº</u> | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>  |
|-----------|-------------|--|
| 2 974     | 26.11.56    | Altera disposições do Decreto nº 26 149, de 5 de janeiro de 1949 (Consolidação das Leis do Imposto de Consumo), e dá outras providências.  |
| 2 975     | 27.11.56    | Altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências.  |
| 2 976     | 28.11.56    | Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País.   |
| 2 977     | 28.11.56    | Reestrutura o Serviço da Dívida Interna - Fundada Federal, e dá outras providências.   |
| 2 978     | 29.11.56    | Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, e dá outras providências.  |
| 2 979     | 30.11.56    | Modifica a denominação da Escola Industrial de Maceió para Escola Industrial Deodoro da Fonseca.   |
| 2 980     | 30.11.56    | Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Alina de Carvalho Costa, viúva de Antenor Gonçalves Costa, mestre de oficina, aposentado, do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.   |
| 2 981     | 30.11.56    | Concede a Levina Nogueira Arêas, viúva do faroleiro do Ministério da Marinha João Arantes Arêas, falecido em virtude de acidente no trabalho, pensão especial correspondente à remuneração mensal daquele servidor no dia de sua morte.  |
| 2 982     | 30.11.56    | Modifica dispositivos da Lei nº 2 550, de 25 de julho de 1955, que altera o Código Eleitoral (Lei nº 1 164, de 24 de julho de 1950), e dá outras providências.   |
| 2 983     | 30.11.56    | Revoga a Lei nº 1 142, de 20 de junho de 1950, que dispõe sobre o processo de preenchimento dos cargos iniciais das carreiras de veterinário, químico, agrônomo e engenheiro civil do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.  |
| 2 984     | 30.11.56    | Inclui a Faculdade de Filosofia e a Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.   |
| 2 985     | 30.11.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00, em reforço da Verba 1 Pessoal, do Anexo nº 27, do Orçamento-Geral da União, para ocorrer às despesas com funções gratificadas no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. |
| 2 986     | 30.11.56    | Concede o auxílio especial de Cr\$ 300.000,00 ao tenente José Natividade Rocha para sua viagem e tratamento.   |
| 2 987     | 30.11.56    | Altera disposições da Lei nº 2 368, de 9 de dezembro de 1954 - Orçamento da União para 1955.   |

| <u>Nº</u> | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>   |
|-----------|-------------|---|
| 2 988     | 30.11.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.870.000,00, para atender às despesas decorrentes do cumprimento da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra, Maurílio Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton - Bittencourt Lobo, Armando Pereira da Andrade e Carlos Miguez Garrido. |
| 2 989     | 30.11.56    | Altera a relação nominal e as importâncias a que se refere a Lei nº 2 589, de 8 de setembro de 1955.  |
| 2 990     | 30.11.56    | Autoriza a doação de um terreno ao Sindicato dos Estivadores e aos Trabalhadores em Carvão o Mineral, no Estado do Rio Grande do Sul.   |
| 2 991     | 30.11.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, destinado à compra e pagamento de vagões-tanques e às despesas complementares indispensáveis.  |
| 2 992     | 30.11.56    | Autoriza o Ministério da Fazenda a mandar cunhar, na Casa da Moeda, moedas metálicas divisionárias até a portância de Cr\$... 500.000.000,00.   |
| 2 993     | 6.12.56     | Concede, pelo prazo de 30 meses, isenção de direitos, adicionais, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para importação de material automobilístico que especifica.  |
| 2 994     | 10.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 destinado a atender às despesas resultantes de várias obras, serviços e trabalhos de qualquer natureza contratados pelo Departamento de Portos, Rios e Canais.  |
| 2 995     | 10.12.56    | Prorroga o prazo que restringe as exigências para instruir matrícula aos cursos de enfermagem, nos termos do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 775, de 6.8.49.   |
| 2 996     | 10.12.56    | Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957.  |
| 2 997     | 11.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.760.000,00 pela realização dos XIII Jogos Universitários Brasileiros, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.   |

| <u>Nº</u> | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>  |
|-----------|-------------|--|
| 2 998     | 11.12.56    | Denomina Aeroporto Leite Lopes e Aeroporto Baixo Guandú-Aimorés os atuais aeroportos das cidades de Ribeirão Preto e Baixo Guandú, nos Estados de São Paulo e Espírito Santo.  |
| 2 999     | 11.12.56    | Fixa os efetivos dos quadros de oficiais aviadores intendentos, médicos, farmacêuticos, especialistas de avião, em comunicações, em armamento, em fotografia, em meteorologia, em controle de tráfego aéreo, em suprimento técnico de infantaria ou guarda e de administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, e dá outras providências. |
| 3 000     | 11.12.56    | Dispõe sobre o Fundo Aeronáutico, e dá outras providências.  |
| 3 001     | 13.12.56    | Abre ao Poder Legislativo - Câmara dos Deputados - o crédito suplementar de Cr\$ 5.200.000,00 para reforço de dotações orçamentárias vigentes.   |
| 3 002     | 14.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de Cr\$4340.511.455,00, para o fim que especifica.   |
| 3 003     | 14.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde o crédito suplementar de Cr\$45.000.000,00, para o fim que especifica.  |
| 3 004     | 14.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$1.680.000,00 para atender a despesas de aluguel de imóveis ocupados por órgãos do Ministério.   |
| 3 005     | 15.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$150.000.000,00, destinado a atender despesas com o auxílio extraordinário ao Lóide Brasileiro - Patrimônio Nacional - para liquidação de compromissos inadimplíveis.   |
| 3 006     | 15.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$10.000.000,00, a título de auxílio extraordinário à Fundação Abrigo do Cristo Redentor.  |
| 3 007     | 15.12.56    | Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, destinados à Universidade do Cegrá.  |
| 3 008     | 15.12.56    | Concede a pensão especial de Cr\$.... 3.000,00 mensais a Angelina de Góis Cabral, viúva do legionário Laurêncio Cabral, que fez parte da Força Expedicionária do Acre.   |
| 3 009     | 15.12.56    | Abre o crédito especial de Cr\$5.000.000,00 destinado a atender às despesas com a comemoração do centenário da fundação do Município de Lixramento, no Estado do Rio Grande do Sul.  |

| <u>Nº</u> | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>  |
|-----------|-------------|--|
| 3 010     | 15.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$8.000.000,00 para auxiliar às comemorações dos centenários das cidades de Uberaba, Itaquí e Anápolis, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.                              |
| 3 011     | 17.12.56    | Abre ao Poder Judiciário - Supremo Tribunal Federal - o crédito suplementar de Cr\$.... 57.996,00, em reforço da Verba 1.0.00, Consignação 1.1.00, Subconsignação 1.1.11, do vigente Orçamento.  |
| 3 012     | 17.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$80.000.000,00 destinado à aquisição inicial da Vacina Salk e ao aprestamento e instalação, no Instituto Oswaldo Cruz, de um laboratório de produção da mesma vacina, e das outras providências.  |
| 3 013     | 17.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$370.997.056,60 para completar o pagamento da percentagem devida aos municípios, no exercício de 1955.  |
| 3 014     | 17.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$1.000.000,00 para auxiliar a Associação Rural de Montes Claros na construção do Parque da Exposição Agro-Pecuária Industrial Regional, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. |
| 3 015     | 17.12.56    | Estende à Comarca de Nova Lima e à Cidade Industrial a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.  |
| 3 016     | 17.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$220.000,00, para atender a despesas determinadas pela lei nº 1 512, de 19 de dezembro de 1951.  |
| 3 017     | 17.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$500.000,00, destinado a auxiliar as despesas com o comparecimento da Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 19ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional.                        |
| 3 018     | 17.12.56    | Dispõe sobre a execução do Plano de Carvão Nacional.   |
| 3 019     | 17.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$2.500.000,00, para auxílio à realização do Congresso Nacional das Assembleias Legislativas.  |
| 3 020     | 17.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$1.500.000,00 como auxílio à II Conferência de Peritos em Siderurgia Latino-Americana e Indústrias de Transformação de Aço.   |



| <u>Nº</u> | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>  |
|-----------|-------------|--|
| 3 021     | 17.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.869.768,50 para reembolso ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata da diferença, a seu favor, ocorrida na administração dos bens do Distrito de Guaira.   |
| 3 022     | 19.12.56    | Modifica a alínea c do art. 580 do Decreto-lei n. 5 452, de 1 de maio de 1 943 (Consolidação das Leis do Trabalho).  |
| 3 023     | 19.12.56    | Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional da Bahia, e dá outras providencias.   |
| 3 024     | 19.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.616.919,30, destinado a regularizar os pagamentos com a liquidação de compromissos acumulados e contraídos pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata.   |
| 3 025     | 19.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.075,80, para atender ao pagamento da hipoteca que grava imóvel, adjudicado a União Federal.   |
| 3 026     | 19.12.56    | Dispõe sobre a aplicação dos créditos especiais de Cr\$ 177.000.000,00 autorizados pelo art. 5ª da lei n. 2 599, de 13 de setembro de 1 955, e de Cr\$ 40.000.000,00 referentes aos saldos orçamentários do anexo do São Francisco, no exercício de 1 955.   |
| 3027      | 19.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 9.391,20, para atender ao pagamento de terreno adquirido pela Rede de Viação Cearense.  |
| 3 028     | 19.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer a despesas com a realização do XIX Congresso Nacional de Estudantes.   |
| 3 029     | 19.12.56    | Dispõe sobre o pessoal das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites.  |
| 3 030     | 19.12.56    | Determina que não poderão exceder a 25% do salário mínimo os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparadas pelo próprio empregador.   |
| 3 031     | 19.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 1.100.000,00.  |
| 3 032     | 19.12.56    | Autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 18.168.664.849,50 para os fins que menciona.  |
| 3.033     | 19.12.56    | Autoriza a abertura dos créditos suplementares que especifica, no total de Cr\$ 6.038.225.736,20.  |
| 3.034     | 19.12.56    | Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Industria e Comercio, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para atender as despesas com o comparecimento do Brasil a Feira Mundial de Nova York, a Exposição Internacional de Produtos Alimentícios e Estimulantes de Colômbia e a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas. |

NºDATARESOLUÇÃO

3 035 19.12.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$. 500.000.000,00, para atender a despesas do exercício findo.

3 036 19.12.56

Abre ao Poder Legislativo - Câmara dos Deputados - o crédito especial de Cr\$. 1.675.454,00, para construção de novas salas no Palácio Tiradentes e atender a pagamento de obras realizadas durante os meses de maio e junho de 1956, também no Palácio Tiradentes.

3 037 19.12.56

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$. 150.000.000,00, destinado às obras de remodelação do ramal de São Paulo e da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

3 038 19.12.56

Federaliza as Faculdades de Direito de Santa Catarina e da Bahia e subvenciona a Faculdade de Direito de Sergipe.

3 039 20.12.56

Concede contribuição financeira às empresas de transporte aéreo, que explorem linhas dentro do país, para fins de reaparelhamento de material de voo.

MATÉRIA JURISDICIONAL DO SENADO

A) ATOS DE ADMINISTRAÇÃO:

Apresentados na presente sessão legislativa 22 projetos de resolução referentes a atos da administração interna do Senado, 16 já se acham ultimados pela aprovação e 6 ainda estão sendo examinados pelos órgãos competentes.

As Resoluções promulgadas são as seguintes:

| <u>Nº</u> | <u>Data</u> | <u>Ementa</u>   |
|-----------|-------------|---|
| 5         | 13. 4.56    | Rovoga as resoluções que concederam licenças aos Senadores Dinarto Mariz e Moysós Lupion para que pudessem exercer, respectivamente, os cargos de Governadores dos Estados do Rio Grande do Norte e do Paraná.  |
| 6         | 16. 4.56    | Concede permissão a Odonogus Gonçalves Loito, Oficial Legislativo nível 12, para servir, em caráter temporário, no Gabinete do Sr. Ministro de Justiça e Negócios Interiores.   |
| 7         | 28. 4.56    | Concede permissão a Julieta Lovatini, taquígrafo, nível 14, para servir, em caráter temporário, no Gabinete da Presidência da República.  |
| 8         | 5. 5.56     | Aplica aos funcionários da Secretaria do Senado Federal dispositivos da Lei nº 2 475, de 12 de março de 1956.   |
| 9         | 23. 5.56    | Nega autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para vender à Empresa Imobiliária, Colonizadora Oeste do Mato Grosso Limitada duas glebas de terras devolutas.   |
| 10        | 30. 5.56    | Declara aposentado José Soares de Oliveira, Porteiro, classe "N", no cargo de Chefe da Portaria, padrão PL-7.   |
| 11        | 30. 5.56    | Declara aposentado, compulsoriamente, o Redator Raul Weguolin de Abreu.   |
| 12        | 8. 6.56     | Concede licença ao Senador Vitorino-Freire, para, nos termos dos arts. 49 da Constituição Federal, e 24 do Regimento Interno, participar da Delegação do Brasil à XXXIX Conferência Internacional do Trabalho a realizar-se em Genebra, durante o mês de junho do ano em curso. |
| 13        | 13. 6.56    | Concede aposentadoria, a pedido, ao Diretor de Serviço, padrão PL-2, Marcos José Lisboa de Oliveira.  |
| 14        | 19. 6.56    | Nomeia para o cargo de Auxiliar Legislativo, Classe "J", candidatos habilitados em concurso.  |

| <u>Nº</u> | <u>Data</u> | <u>Ementa</u>   |
|-----------|-------------|---|
| 15        | 28. 6.56    | Aposenta, compulsoriamente, Arthur da Rocha Ribeiro, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, padrão "0", da Secretaria do Senado Federal.  |
| 16        | 14. 7.56    | Dispõe sobre a organização das bancas examinadoras dos concursos para os cargos da Secretaria do Senado Federal.  |
| 17        | 20. 7.56    | Concede aposentadoria a Flávio Amorim - Goulart de Andrade, Vice-Diretor Geral, da Secretaria do Senado Federal.  |
| 18        | 21. 7.56    | Autoriza o Senador Filinto Müller a acompanhar o Sr. Presidente da República na viagem que vai realizar a fim de comparecer à Assembléia comemorativa do 130º Aniversário do Congresso do Panamá.                               |
| 19        | 21. 7.56    | Autoriza o Senador Apolônio Sales a chefiar a Delegação do Brasil à posse do Presidente da República do Peru.   |
| 20        | 21. 7.56    | Autoriza o Senador Cunha Mello a tomar parte na Delegação brasileira à posse do Presidente da República do Peru.  |
| 21        | 6. 8.56     | Cria, na Secretaria do Senado Federal, o Serviço de Cooperação.   |
| 22        | 1. 8.56     | Põe à disposição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o Oficial Legislativo Dyrno Jurandyr Pires Ferreira.  |
| 23        | 6. 8.56     | Concede aposentadoria a José Eustáquio Luiz Alves, Redator, padrão PL-7, da Secretaria do Senado Federal.   |
| 24        | 8. 8.56     | Autoriza o Senador Gaspar Veloso a tomar parte na Delegação Brasileira à posse do Presidente da República da Bolívia.   |
| 25        | 17. 8.56    | Aposenta, compulsoriamente, o Auxiliar - de Portaria, Paulo da Silva Carneiro.  |
| 26        | 29. 8.56    | Reconhece, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasileiro filiado à Associação Interparlamentar do Turismo, com sede em Gênova.  |
| 27        | 1. 9.56     | Arquiva, nos termos dos pareceres ns. 632 e 633 de 1956 emitidos pelos relatores da Comissão Parlamentar de Inquérito realizado em virtude da Resolução nº 8/55, para apurar fatos relativos à liberação da Química Bayer Ltda. |
| 28        | 1. 9.56     | Autoriza o Senador Kerginaldo Cavalcanti a participar da Delegação Brasileira à posse do Presidente da República do Equador.  |
| 29        | 5. 9.56     | Suprime o cargo de Mecânico da Secretaria do Senado Federal.  |

|    | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>   |
|----|-------------|---|
| 30 | 4. 9.56     | Nomeia para o cargo de Auxiliar Legislativo candidatos habilitados em concurso (Maria José Miranda e Anna Maria Tavares Sobral).  |
| 31 | 15. 9.56    | Autoriza o Senador Mourão Vieira a participar da Delegação do Governo Brasileiro à posse do Presidente da República de El Salvador.   |
| 32 | 26. 9.56    | Aposenta, a pedido, Galdino José da Silva, Administrador do Edifício, padrão PL-7, nos termos do art. 191, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 184, ítem III, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952. |
| 33 | 28. 9.56    | Autoriza o Senador Paulo Fernandes a participar da delegação brasileira à posse do Presidente da República do Panamá.   |
| 34 | 4.10.56     | Nomeia para o cargo de Auxiliar Legislativo candidatos habilitados em concurso.   |
| 35 | 6.10.56     | É o Presidente do Senado autorizado a designar um Senador para participar da missão de intercâmbio cultural e do Congresso de Ensino Industrial a realizar-se em Madrid.  |
| 36 | 1.11.56     | Concede aposentadoria a Lino da Silva, porteiro do Senado Federal.  |
| 37 | 13.11.56    | Autoriza o Senador Benedito Valladares a participar da Delegação do Brasil à XI Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.  |
| 38 | 13.11.56    | Autoriza o Senador Georgino Avelino a participar da Delegação do Brasil à XI Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.   |
| 39 | 18.11.56    | Altera o artigo 45 da Resolução nº 4, de 1955.  |
| 40 | 13.12.56    | Autoriza a Comissão Diretora a conceder gratificação por serviços extraordinários.  |
| 41 | 15.12.56    | Concede aposentadoria a Simião Antônio da Costa, Ajudante de Porteiro, Classe "M", da Secretaria do Senado.   |
| 42 | 17.12.56    | Prorroga, por três meses a partir de 1º de fevereiro de 1957, o prazo de permanência do Assessor Legislativo, Padrão PL-7, JOSÉ VICENTE DE OLIVEIRA MARTINS, posto à disposição do Banco do Nordeste do Brasil.         |

## B) ATOS JURISDICIONAIS

No exercício dos seus poderes jurisdicionais o Senado teve o ensejo de se manifestar sobre as seguintes matérias:

### I - Escolha de chefes de missões diplomáticas permanentes junto a governos estrangeiros:

| <u>Nomes</u>                         | <u>Cargos</u>  |
|--------------------------------------|--|
| Embaixador Francisco Negrão de Lima  | - Prefeito do D.F.   |
| João Pizarro Gabizo de Coelho Lisboa | - Embaixador na Espanha  |
| Oscar Pires do Rio                   | - Embaixador na Venezuela  |
| Joaquim de Souza Leão Filho          | - Embaixador nos Países Baixos   |
| Cândido Mota Filho-                  | - Ministro do Supremo Tribunal Federal                                     |
| Jorge Olinto de Oliveira             | - Embaixador na Colômbia   |
| Lauro de Andrade Müller              | - Embaixador em El Salvador  |
| Ildefonso Falcão                     | - Embaixador na Indonésia  |
| Décio Martins Coimbra                | - Embaixador na República Dominicana                                       |
| João Carlos Muniz                    | - Embaixador na Argentina  |
| Bolívar de Freitas                   | - Embaixador em Honduras   |
| Orlando Leite Ribeiro                | - Embaixador no Peru   |
| Edgar Bandeira Fraga de Castro       | - Embaixador na Suécia   |
| José Cochrane de Alencar             | - Embaixador na Índia  |
| Ernani do Amaral Peixoto             | - Embaixador nos USA   |
| Vasco Leitão da Cunha                | - Embaixador em Cuba   |
| Heitor Lira                          | - Embaixador junto à Santa Sé  |
| Afonso Barbosa de Almeida Portugal   | - Embaixador no Equador  |
| Trajano Medeiros do Paço             | - Embaixador no Haiti  |
| Hugo Gouthier de Oliveira Gondim     | - Chefe das Missões Diplomáticas no Grão-Ducado de Luxemburgo e na Bélgica |
| Álvaro de Barros Lins                | - Embaixador em Portugal   |
| Landolfo Antonio Borges da Fonseca   | - Enviado junto ao Governo da Austrália                                    |
| Jayme de Souza Gomes                 | - Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Dinamarca          |
| Adolfo de Camargo Neves              | - Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na União Sul-Africana |

Todos êsses nomes mereceram a aprovação do Senado.

## VETOS DO PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL

7 vetos do chefe do Executivo Municipal a projetos da Câmara do Distrito Federal tiveram o pronunciamento do Senado nesta sessão legislativa.

Tratava-se de 3 vetos totais e 4 parciais.

E esse pronunciamento se manifestou pela aprovação de todos os vetos totais e de 19 dos dispositivos abrangidos pelos parciais.

Foram as seguintes as proposições atingidas pelos vetos:

### Vetos totais

- 1) - Projeto nº 282-B/56, que dispõe sobre os padrões de vencimentos e as referências de salários dos servidores da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências.
- 2) - Projeto nº 88/56, que dispõe sobre a ação reversiva de que trata o art. 194 da Constituição Federal.
- 3) - Projeto nº 235-A/56, que dispõe sobre o preenchimento de vagas no primeiro ano do curso de formação de professores, e dá outras providências.

### Vetos parciais

- 1) - Projeto nº 516/54, que dispõe sobre a obrigatoriedade de áreas destinadas a recreação infantil - nos prédios de apartamentos (2 dispositivos vetados).
- 2) - Projeto nº 228/55, que autoriza a adoção, nas maternidades da Prefeitura do Distrito Federal, do método e processo psico-profilático para parto - sem dor (1 dispositivo vetado).
- 3) - Projeto nº 300/56, que concede adicional fixo aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências (3 dispositivos vetados).
- 4) - Projeto nº 221/55, que dispõe sobre o estatuto - dos Funcionários da Prefeitura do Distrito Federal (14 dispositivos vetados).

Mereceram aprovação o veto aos 2 dispositivos do item 1; o do item 2; 2 do item 3 e todos os do item 4.

### OUTRAS PROPOSIÇÕES

Na estatística das proposições submetidas à consideração do Senado há, ainda, que assinalar:

628 requerimentos, entre os quais 88 de urgência;  
1 indicação.

MATÉRIA JURISDICIONAL DO CONGRESSO

5 Projetos de Decretos Legislativos tiveram início no Senado nesta sessão legislativa. ~~Todos~~ ~~estes~~ já passaram à Câmara para revisão.

Do outro ramo do Congresso Nacional chegaram 55, dos quais 31 já foram aprovados em definitivo pelo Senado, 2 voltaram à Câmara emendados, e 20 continuam em exame e 2 foram rejeitados.

De sessões legislativas anteriores 17 projetos dessa natureza tiveram andamento, 14 aqui recebendo aprovação em seus termos definitivos, e 3 retornando à Casa de origem em virtude de emendas. Os demais 26 permanecem em estudo.

São os seguintes os Decretos Legislativos promulgados:

| <u>Nº</u> | <u>Data</u> | <u>EMENTA</u>   |
|-----------|-------------|---|
| 13/56     | 4.4.56      | Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Associação Comercial de Niterói.   |
| 14/56     | 11.4.56     | Aprova o Acórdão básico para concessão de assistência técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas.   |
| 15/56     | 18.4.56     | Aprova a Convenção Constitutiva da União Latina, concluída no II Congresso Internacional daquela cidade, realizado em Madrid.   |
| 16/56     | 20.4.56     | Concede anistia aos jornalistas condenados como incurso no Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938, por crime praticado no exercício de sua atividade profissional e julgado por Tribunal diverso do regulado pela Lei de Imprensa.   |
| 17/56     | 28.4.56     | Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.  |
| 18/56     | 27.4.56     | Concede licença ao Vice-Presidente da República para ausentar-se do País.   |
| 19/56     | 3.5.56      | Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.   |
| 20/56     | 9.5.56      | Aprova o acordo para desempenho de um programa de cooperação agrícola, firmado no Rio de Janeiro, entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América.  |
| 21/56     | 23.5.56     | Mantém a decisão de Tribunal de Contas, de negatória de registro ao contrato celebrado entre a Delegacia do Serviço de Patrimônio da União do Ministério da Fazenda e o Engenheiro Civil Erastótenes Fraga Lima.  |
| 22/56     | 24.5.56     | Concede anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no país a partir de 10 de novembro de 1955 até 1 de março de 1956, ficando em perpétuo silêncio quaisquer processos criminais e disciplinares relativos aos mesmos fatos. |



| <u>Nº</u> | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>   |
|-----------|-------------|---|
| 23/56     | 29. 5.56    | Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas - ao Patrimônio da União e a Sociedade <u>Indústrias Brasileiras de Papel Limitada</u> .  |
| 24/56     | 30. 5.56    | Aprova as <u>Convenções</u> do Trabalho de ns. 11, 12, 14, 19, 26, 29, 87, 88, 89, 95, 96, 99, 100 e 101, concluídas em sessões da Conferência <u>General da Organização Internacional do Trabalho</u> .  |
| 25/56     | 22. 6.56    | Aprova o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Líbano, assinado no Rio de Janeiro a 12 de maio de 1954.   |
| 26/56     | 26. 6.56    | Ratifica o Tratado de Extradicação firmado entre o Brasil e a <u>Bélgica</u> .  |
| 27/56     | 23. 6.56    | Concede anistia aos trabalhadores que respondem por delitos em consequência de participação em greve, aos jornalistas processados ou condenados por delitos de imprensa, aos declarados insubmissos pelas <u>Forças Armadas</u> a partir de 1953, e dá outras providências. |
| 28/56     | 5. 7.56     | Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a <u>Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha</u> e a <u>Sociedade Técnica Construtora Limitada</u> .  |
| 29/56     | 18. 7.56    | Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo do contrato celebrado entre a <u>Comissão de Salário Mínimo - Seção de Sergipe</u> - o <u>Eufrodísio Vieira Machado</u> .   |
| 30/56     | 18. 7.56    | Concede licença ao Presidente da República para ausentar-se do país.  |
| 31/56     | 21. 7.56    | Aprova o contrato celebrado entre o <u>Governo Federal</u> e as <u>Fazendas Reunidas Belarmino Pires - Limitada</u> .   |
| 32/56     | 21. 8.56    | Aprova a <u>Convenção</u> para a proteção de <u>Bens Culturais</u> em caso de conflito armado, assinada na Conferência Internacional reunida em Haia, de 21 de abril a 12 de maio de 1954, e o respectivo protocolo.  |
| 33/56     | 25. 8.56    | Aprova o termo de contrato celebrado entre o <u>Governo da União</u> e a <u>Profeitura Municipal de Divina Pastora</u> , no Estado de Sergipe, para <u>instalação</u> de uma <u>Escola de Iniciação Agrícola</u> .  |
| 34/56     | 28. 8.56    | Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o <u>Ministério da Marinha</u> e <u>Antonio Figueiredo</u> .   |
| 35/56     | 13. 9.56    | Aprova as <u>Convenções</u> concluídas em Genebra, sob os auspícios do <u>Comitê Internacional da Cruz Vermelha</u> .   |
| 36/56     | 13. 9.56    | Aprova o termo do acordo celebrado entre o <u>Ministério da Saúde</u> e o <u>Hospital Municipal Santo Antonio</u> .   |

| <u>Nº</u> | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>   |
|-----------|-------------|---|
| 37/56     | 13. 9.56    | Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e Francisco Rodrigues da Silva.   |
| 38/56     | 15. 9.56    | Aprova o termo de contrato celebrado entre a Comissão Federal de Abastecimento e Preços e a firma Limpadora Lido Limitada, para a conservação e limpeza da sede daquela Comissão.   |
| 39/56     | 15. 9.56    | Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Ismael Ribeiro Machado, para desempenhar, no Instituto de Química Agrícola, a função de fotógrafo e Micro-fotógrafo.   |
| 40/56     | 15. 9.56    | Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., para construção de uma linha de dutos, em prosseguimento, do Pavilhão Mourisco a Copacabana, no Distrito Federal. |
| 41/56     | 15. 9.56    | Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e Elias Sefer, para desempenhar, no Instituto Agronômico do Norte, a função de Assistente da Seção de Entomologia.   |
| 42/56     | 22. 9.56    | Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Sociedade Nacional de Construções "Sonaco" Ltda.   |
| 43/56     | 22. 9.56    | Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Escola de Educação Física do Exército e a firma Salvador Guedes.   |
| 44/56     | 3.10.56     | Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Companhia Metropolitana de Construções.  |
| 45/56     | 5.10.56     | Aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Engenharia e Comércio Ltda.   |
| 46/56     | 6.10.56     | Aprova o termo de acordo celebrado entre o 2º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a firma Usina Monte Alegre S.A.  |
| 47/56     | 13.10.56    | Aprova o convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.  |
| 48/56     | 13.10.56    | Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Associação Rural de Francisco Sá.  |
| 49/56     | 20.10.56    | Aprova o termo de transferência, que faz a União Federal à firma Torres & Coelho, das obrigações de aforamento do terreno acrescido de marinha, desmembrado da área maior, situado à rua Santana ns. 138 e 138-A, no Distrito Federal.  |
| 50/56     | 25.10.56    | Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal e Grassi Giovanni.   |

| <u>Nº</u> | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>  |
|-----------|-------------|--|
| 51/56     | 25.10.56    | Aprova o termo de contrato celebrado entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Pereira Crespo.   |
| 52/56     | 25.10.56    | Aprova o texto do Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Peru.   |
| 53/56     | 12.11.56    | Mantém a decisão do Tribunal de Contas de negatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Fábio Fontenele.   |
| 54/56     | 12.11.56    | Mantém a decisão do Tribunal de Contas de negatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Nair Dorothea dos Prazeres.  |
| 55/56     | 17.11.56    | Aprova o Convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia.  |
| 56/56     | 17.11.56    | Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Onorato Pampaloni.  |
| 57/56     | 17.11.56    | Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Maury - Pinto de Oliveira.  |
| 58/56     | 19.11.56    | Mantém a decisão do Tribunal de Contas de negatória de registro ao contrato celebrado entre o Estado Maior do Exército e Benedito da Silva Cordeiro.   |
| 59/56     | 19.11.56    | Aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Alfredo Simões.   |
| 60/56     | 21.11.56    | Aprova o ato do Tribunal de Contas de negatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e o Engenheiro Civil - Dilton Pinto de Carvalho.   |
| 61/56     | 22.11.56    | Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dá outras providências.   |
| 62/56     | 12.12.56    | Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Maria Carmem de Paiva Gomes, para desempenhar a função de Operador de Raio X na Diretoria do Pessoal, Seção de Assistência Social, da quèle Departamento.                         |
| 63/56     | 14.12.56    | Aprova o termo de prorrogação do contrato celebrado entre a Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e H. Stern, para a instalação e exploração do negócio de curiosidades regionais, na Estação de Passageiros do Aeroporto Santos Dumont. |

| <u>Nº</u> | <u>DATA</u> | <u>EMENTA</u>   |
|-----------|-------------|---|
| 64/56     | 19.12.56    | Aprova a Constituição adotada na VI reunião realizada em Veneza, em 19 de outubro de 1953, pelo Comitê Inter-Governamental para Migrações Europeias (C.I.M.E.), do qual o Brasil é um dos Estados-Membros.  |
| 65/56     | 19.12.56    | Aprova o termo aditivo de contrato celebrado entre a firma I.B.M. World Trade Corporation e a Divisão do Material do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura, para locação de serviços de máquinas elétricas de contabilidade e estatística. |
| 66/56     | 19.12.56    | Aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil em 22 de dezembro de 1952, por ocasião de Conferência Plenipotenciária Internacional realizada em Buenos Aires.   |
| 67/56     | 19.12.56    | Aprova o termo aditivo do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Sociedade Construtora Baiana Ltda. para construção da barragem e obras anexas do açude público Delfino, no município de Campo Formoso, Estado da Bahia. |
| 68/56     | 19.12.56    | Aprova a Convenção relativa à Corporação Financeira Internacional assinada entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte, em 27 de janeiro de 1955.  |

T R A B A L H O S   D A S   C O M I S S Õ E S

Os seguintes dados estatísticos mostram o trabalho intenso que se processou no decurso da sessão legislativa de 1956.

| COMISSÕES  | Reuniões realiza-<br>das | Pareceres |            | Projetos em estu-<br>do | Ofícios   |           | Diligências |
|--|--------------------------|-----------|------------|-------------------------|-----------|-----------|-------------|
|  |                          | especiais | ordinários |                         | recebidos | expedidos |             |
| Constituição e Justiça                             | 52                       | 345       | 18         | 84                      | 12        | 20        | 12          |
| Diretora   | 31                       | 70        |            |                         |           |           |             |
| Economia   | 21                       | 42        | 6          | 38                      | 3         | 12        | 4           |
| Educação e Cul-<br>tura                            | 21                       | 40        | 2          | 2                       | 0         | 0         | 0           |
| Finanças   | 66                       | 356       | 33         | 59                      | 7         | 20        | 21          |
| Legislação So-<br>cial                             | 17                       | 45        | 4          | 26                      | 4         | 0         | 3           |
| Redação  | 78                       | 179       | 0          | 0                       | 0         | 0         | 0           |
| Relações Exte-<br>riores                           | 20                       | 41        | 2          | 10                      | 8         | 4         | 0           |
| Saúde Pública                                      | 9                        | 10        | 0          | 0                       | 0         | 0         | 0           |
| Segurança Na-<br>cional                            | 23                       | 31        | 2          | 5                       | 10        | 13        | 5           |
| Serviço Públi-<br>co Civil                         | 17                       | 75        | 2          | 10                      | 0         | 0         | 0           |
| Transportes, Co-<br>municações e<br>Obras Públicas | 17                       | 32        | 1          | 8                       | 0         | 0         | 0           |

DIRETORIA FERAL

Expediente do Diretor Geral

|                     |     |
|---------------------|-----|
| Ofícios recebidos   | 47  |
| Ofícios expedidos   | 154 |
| Portarias expedidas | 72  |

## S E R V I Ç O S   A U X I L I A R E S

Para a realização da sua tarefa, o Senado contou com a eficiente colaboração dos seus serviços auxiliares, cuja atividade se retrata nos dados que a seguir passam a ser enumerados:

### SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

|                              |       |
|------------------------------|-------|
| Mensagens .....              | 51    |
| Ofícios .....                | 99    |
| Telegramas .....             | 4 519 |
| Cartas .....                 | 145   |
| Stencils .....               | 497   |
| Fôlhas dactilografadas ..... | 1 365 |

### DIRETORIA DO ARQUIVO

|                                    |        |
|------------------------------------|--------|
| 1) - <u>Documentos arquivados:</u> |        |
| Processos (originais) .....        | 710    |
| Avulsos .....                      | 76 500 |
| Anais .....                        | -      |
| Órgãos Oficiais .....              | 8 250  |
| Outros documentos .....            | 550    |
| 2) - <u>Requisições atendidas:</u> |        |
| - de processos .....               | 30     |
| - " avulsos .....                  | 3 133  |
| - " anais .....                    | 22     |
| - " Órgãos Oficiais .....          | 858    |
| - " outros documentos .....        | 214    |

### DIRETORIA DA ATA

#### Número de atas elaboradas:

|   |     |
|---|-----|
| Dactilografadas - Senado .....                  | 234 |
| "                    - Congresso Nacional ..... | 31  |
| Impressas - Senado .....                        | 236 |
| "                    - Congresso Nacional ..    | 32  |

#### Número de avulsos preparados:

|                                 |       |
|---------------------------------|-------|
| Projetos de Lei da Câmara ..... | 375   |
| "      "      " do Senado ..... | 51    |
| "      " Resolução .....        | 44    |
| Pareceres .....                 | 1 360 |
| Relatórios (vetos) .....        | 33    |

DIRETORIA DA BIBLIOTECA

1) - Aquisições realizadas:

- a) por compra ..... 199 volumes
- b) por oferta ..... 115 "

2) - Movimento de consultas, com a indicação dos assuntos mais procurados:

- a) livros emprestados ..... 736
  - b) " consultados na Biblioteca ..... 1450
- 2186 volumes

Assuntos mais procurados:

|  |              |
|--|--------------|
| Legislação (Diário Oficial, Diário da Justiça, Diário do Congresso Nacional e Volumes de Leis) ..... | 1035 vol.    |
| Direito Constitucional .....   | 308 "        |
| Direito Civil .....  | 108 "        |
| Direito em Geral .....   | 125 "        |
| Economia e Finanças .....  | 61 "         |
| Assuntos Eleitorais .....  | 70 "         |
| Dicionários .....  | 65 "         |
| Enciclopédias .....  | 38 "         |
| Assuntos diversos .....  | <u>376</u> " |
|  | 2186 "       |

3) - Requisições atendidas ..... 601

4) - Trabalhos de conservação e restauração de volumes:

I - EXPURGO:

- a) - Publicações em geral ..... 2800 vol.
- b) - Obras raras ou preciosas ..... 188 "

II - LAVAGEM:

- 2 560 páginas componentes de ..... 7 "

III - RESTAURAÇÃO e CONSERTO:

- em ..... 430 págs.

IV - SERVIÇOS DIVERSOS:

- a) - Seleção de obras raras ou preciosas;
- b) - Vistoria permanente nos volumes constantes do acervo da Biblioteca;
- c) - Vistoria e limpeza em 5 000 volumes depositados nos armários do corredor;
- d) - Organização, por assunto e em ordem cronológica, de 800 volumes de jornais encadernados;
- e) - Seleção, por assunto, das seguintes obras depositadas no corredor:

1) Anais de assembleias legisl. estaduais ..... 600

2) Mensagens presidenciais (dos Estados) ..... 500

|   |     |
|---|-----|
| 3) Leis estaduais .....                                       | 420 |
| 4) Balanço, despesa e receita (dos Estados)                   | 400 |
| 5) Relatórios de secretarias estaduais ....                   | 600 |
| 6) Recenseamentos, estatísticas, etc .....                    | 500 |
| 7) Boletins de serviços estaduais .....                       | 400 |
| 8) Revistas diversas estrangeiras (não con<br>tinuadas) ..... | 200 |

5) Publicações feitas:

Impressão, ao mimeógrafo, de:

- a) - Boletim bibliográfico nº 4;
- b) - Relação de publicações periódicas;
- c) - Relação de obras raras ou preciosas.



DIRETORIA DE CONTABILIDADE

|   |       |
|---|-------|
| Boletins de frequência de Senadores . . . . . | 22    |
| Fichas financeiras anotadas . . . . .         | 373   |
| Fôlhas de pagamento . . . . .                 | 193   |
| Livro fôlha - escrituração mensal . . . . .   | 5 433 |
| Cheques de pagamento . . . . .                | 5 435 |
| Guias de recolhimento ao Tesouro . . . . .    | 30    |
| Averbações de empréstimos . . . . .           | 222   |
| Informações em processos . . . . .            | 50    |
| Certidões para empréstimos . . . . .          | 250   |
| <u>Ofícios:</u>                               |       |
| - recebidos . . . . .                         | 53    |
| - expedidos . . . . .                         | 60    |
| Dados para impôsto de renda . . . . .         | 373   |
| Balancetes mensais . . . . .                  | 11    |
| "    trimestrais . . . . .                    | 3     |
| Pedidos de aquisição de material . . . . .    | 76    |
| Orçamentos em geral . . . . .                 | 19    |
| <u>Pagamentos:</u>                            |       |
| - Cheques . . . . .                           | 5 435 |
| Fôlhas:                                       |       |
| Ajuda de custo . . . . .                      | 248   |
| Diárias (pagamentos) . . . . .                | 3 900 |
| <u>Almoxarifado:</u>                          |       |
| - Fornecimentos . . . . .                     | 565   |

DIRETORIA DO EXPEDIENTE

|                                 |       |
|---------------------------------|-------|
| Mensagens expedidas . . . . .   | 317   |
| Ofícios expedidos . . . . .     | 1 205 |
| Autógrafos preparados . . . . . | 1 149 |
| Ofícios recebidos . . . . .     | 1 102 |
| Mensagens recebidas . . . . .   | 400   |
| Informações prestadas . . . . . | 5 000 |
| <u>Outros serviços:</u>         |       |
| Requerimentos . . . . .         | 192   |

Projetos recebidos:

|  |       |
|--|-------|
| - Projetos de Lei da Câmara .....            | 375   |
| - " " " do Senado .....                      | 51    |
| - " " Decreto Legislativo ..                 | 63    |
| - " " Resolução .....                        | 43    |
| - Resoluções .....                           | 39    |
| - Pareceres .....                            | 1 338 |
| - Indicações .....                           | 1     |
| - Ofícios <del>SS</del> /.....               | 5     |
| - Projeto de Reforma Constitucional          | 1     |
| - Projeto do Orçamento p/1957 -<br>21 anexos | 1     |
| - Relatórios de vetos .....                  | 33    |
| - Requerimentos de Senadores .....           | 700   |

Serviços executados pela Sessão de Mecanografia

|   |       |
|---|-------|
| - Mensagens .....   | 317   |
| - Ofícios .....   | 1 045 |
| - Autógrafos .....  | 1 149 |
| - Requerimentos de informações .....                        | 56    |
| - Fôlhas dactilografadas (discursos e<br>serviços diversos) | 1 530 |
| - Fôlhas dactilografadas em stencil ..                      | 315   |
| - Cartas dactilografadas .....                              | 25    |
| - Cartões dactilografados .....                             | 200   |

DIRETORIA DO PESSOAL

|                                  |     |
|----------------------------------|-----|
| - Ofícios expedidos .....        | 80  |
| - " recebidos .....              | 73  |
| - Certidões passadas .....       | 46  |
| - Nomeações feitas .....         | 11  |
| - Demissões preparadas .....     | 1   |
| - Promoções .....                | 27  |
| - Informações em processos ..... | 164 |
| - Pareceres .....                | -   |
| - Concursos realizados .....     | 1   |
| - " em realização .....          | 2   |

Outros serviços:

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| - Cópias autênticas .....    | 2   |
| - Declarações .....          | 45  |
| - Publicações .....          | 198 |
| - Listas de frequência ..... | 12  |
| - Mapas " " .....            | 154 |
| - Registro de faltas .....   | 221 |
| - Apostilas .....            | 361 |

DIRETORIA DE PUBLICAÇÕES

Volumes de Anais preparados e entregues ao órgão impressor (I.B.G.E.) no corrente ano

- de janeiro a novembro de 1956

Provas revistas (avulsos)

|   |       |
|---|-------|
| - Decretos Legislativos .....                                 | 27    |
| - Emendas .....   | 119   |
| - Autógrafos .....  | 26    |
| - Projetos de Resolução .....                                 | 85    |
| - Resoluções .....  | 32    |
| - Vetos do Prefeito .....                                     | 110   |
| - Paraceres .....   | 1 673 |
| - Projetos de Decretos Legislativos                           | 244   |
| - Relatórios do Congresso Nacional -<br>(Vetos Presidenciais) | 131   |
| - Republicações .....   | 837   |
| - Projetos de Lei do Senado .....                             | 219   |
| - " " " da Câmara .....                                       | 336   |
| - Requerimentos .....   | 528   |
| - Mensagens .....   | 201   |

Total: 4 568

Publicações especiais:

- Visita do Sr. Herman Figuerôa Anguita, Vice-Presidente do Senado Chileno, em 27 de janeiro de 1956.

Na Presidência do Senado Federal:

- Alocução proferida pelo Sr. João Belchior Marques Goulart ao assumir a presidência do Senado Federal na sessão de 1º de fevereiro de 1956.

- Visita de Lord Davidson, da Câmara dos Lords, e Lady Davidson, da Câmara dos Comuns, ao Senado Federal, em 30 de abril de 1956.

República Italiana

- Discursos proferidos no Senado Federal, na sessão de 4 de junho de 1956, em que se comemorou o 10º aniversário de sua proclamação.
- Visita de Sua Excelência o Senhor Doutor Herman Siñes Zuazo, Presidente eleito da República da Bolívia, em 27 de julho de 1956.

Aniversário da Organização das Nações Unidas

- Discurso proferido pelo Senhor Senador Benedito Valadares, no Senado Federal, na sessão de 24 de outubro de 1956.

SERVIÇO MÉDICO

Injeções:

|                      |       |
|----------------------|-------|
| - Senadores .....    | 323   |
| - Funcionários ..... | 588   |
| - Jornalistas .....  | 104   |
|                      | <hr/> |
| Total:               | 1 015 |

Curativos:

|                      |       |
|----------------------|-------|
| - Senadores .....    | 47    |
| - Funcionários ..... | 347   |
| - Jornalistas .....  | 66 35 |
|                      | <hr/> |
| Total:               | 429   |

Consultas:

|                      |       |
|----------------------|-------|
| - Senadores .....    | 28    |
| - Funcionários ..... | 296   |
| - Jornalistas .....  | 13    |
|                      | <hr/> |
| Total:               | 337   |

Atestados médicos:

|                      |       |
|----------------------|-------|
| - Senadores .....    | 2     |
| - Funcionários ..... | 95    |
|                      | <hr/> |
| Total:               | 97    |

|                                     |          |
|-------------------------------------|----------|
| <u>Pequenas intervenções:</u> ..... |          |
| - Funcionários .....                | 2        |
| Total:                              | <u>2</u> |

|                                    |           |
|------------------------------------|-----------|
| <u>Visitas domiciliares:</u> ..... |           |
| - Funcionários .....               | 14        |
| Total:                             | <u>14</u> |

COMISSÃO DE PROMOÇÕES

|  |    |
|--|----|
| - Reuniões .....                       | 14 |
| - Promoções .....                      | 22 |
| - Pareceres .....                      | 10 |
| - Relatórios .....                     | 3  |
| - Processos ultimados .....            | 6  |
| - " remetidos à Comissão<br>Diretora - | 4  |
| - " aguardando pronunciamen<br>to..... | 4  |

DIRETORIA DA TAQUIGRAFIA

Discursos proferidos na presente sessão legislativa:

AMAZONAS

Vivaldo Lima..... 11  
Mourão Vieira..... 27  
Cunha Melo..... 36

PARÁ

Prisco dos Santos..... 19  
Álvaro Adolfo..... 4  
Magalhães Barata..... 11

MARANHÃO

Remy Archer..... 13  
Sebastião Archer..... 5  
Vitorino Freire..... 17  
Assis Chateaubriand..... 23

PIAUI

Matias Olimpio..... 1  
Leonidas Melo..... 1  
Mendonça Clark..... 26

CEARÁ

Onofre Gomes..... 6  
Fausto Cabral..... 2  
Fernandes Távora..... 16  
Carlos Saboya..... 3

RIO GRANDE DO NORTE

Kerginaldo Cavalcanti..... 90  
Georgino Avelino..... 1  
Reginaldo Fernandes..... 2

PARAIBA

Rui Carneiro..... 18  
João Arruda..... 2  
Argemiro Figueiredo..... 41

PERNAMBUCO

Apolônio Sales..... 30  
Novais Filho..... 62  
Jarbas Maranhão..... 2

ALAGOAS

Ezechias da Rocha..... 43  
Freitas Cavalcanti..... 43  
Ruy Palmeira..... 50

SERGIPE

Julio Leite..... 3  
Maynard Gomes..... 2  
Lourival Fontes..... 12

BAHIA

Neves da Rocha..... 15  
Juracy Magalhães..... 33  
Lima Teixeira..... 65

ESPÍRITO SANTO

Carlos Lindenberg..... 11  
Atilio Vivacqua..... 40  
Ary Viana..... 30

RIO DE JANEIRO

Paulo Fernandes..... 21  
Tarcísio Miranda..... 3

DISTRITO FEDERAL

Alencastro Guimarães..... 52  
Caiaão de Castro..... 52  
Gilberto Marinho..... 94

MINAS GERAIS

Pericles Pinto..... 1  
Bernardes Filho..... 19  
Benedito Valadares..... 4  
Lima Guimarães..... 45

SÃO PAULO

Cesar Vergueiro..... 8  
Lino de Matos..... 28  
Moura Andrade..... 55  
Antonio de Barros..... 2

GOIÁS

Domingos Velasco..... 62  
Coimbra Bueno..... 56  
Pedro Ludovico..... 4  
Costa Pereira..... 5

MATO GROSSO

Silvio Curvo..... 4  
João Vilasboas..... 61  
Filinto Müller..... 105

PARANÁ

Othen Mäder..... 86  
Gaspar Veloso..... 52  
Alo Guimarães..... 11

SANTA CATARINA

Gomes de Oliveira..... 53  
Francisco Gallotti..... 12  
Saulo Ramos..... 5

RIO GRANDE DO SUL

|                     |    |
|---------------------|----|
| Primio Beck.....    | 11 |
| Daniel Krieger..... | 39 |
| Mem de Sa.....      | 76 |
| Armando Camara..... | 2  |

## VISITANTES

Teve o Senado a satisfação de receber, em Plenário, os seguintes visitantes:

- General Pedro Eugénio Aramburú, Chefe do Govêrno da República Argentina, em 25 de julho;
- Sr. Hernán Siles Zuazo, Presidente eleito da Bolívia, em 27 de julho;
- os Parlamentares britânicos Lord Davidson (membro da Casa dos Lords) e Lady Davidson (da Câmara dos Comuns), em 30 de abril.

Foram recebidos no Gabinete do Presidente:

- os jornalistas indonésios Burhamuddin Muhamad Diah e Ferawati Diah, este último membro de antigo parlamento do seu país (em 14 de junho);
- os membros do XVIII Congresso Internacional de Geografia reunido no Rio de Janeiro (em 10 de agosto);
- o Ministro de Estado da Síria, Sr. Nader Kuzbari, em 19 de outubro;
- as seguintes autoridades norte americanas:

C. O. Woble - Prefeito de Edwards, Mississippi;  
C. D. Baker - Prefeito de Las Vegas, Nevada;  
T. H. Keenan - Prefeito de Dover, New Hampshire;  
H. M. Graham - Prefeito de Union City, Tennessee;  
Moses A. Savin - Prefeito de New London, Connecticut;  
H. C. Ackert - Prefeito de University City, Missouri;  
Henry M. Habird - Prefeito de Silverstreet, South Carolina;  
Farrel Smith - Prefeito de Corpus Christi, Texas;  
C. F. Lee Decker - Secretário Executivo da State Association of Boroughs University Park;  
James D. Williams - Juiz Municipal de Portsmouth, Ohio;  
B. F. Hillenbran - Assistente Executivo da American Municipal Association, Washington, D.C.;  
Sra. Hannah B. Bonnet - Comissário Municipal de New Smyrna Beach, Flórida;  
William Gigray - Procurador de Justiça de Caldwell, Idaho;  
Ralph Guy - Conselheiro Municipal de Presidente Dearborn, Michigan.



## COMEMORAÇÕES

Dedicou-se o expediente de várias sessões a comemorações especiais:

- o da sessão de 18 de abril ao centenário da cidade de Laguna, em Santa Catarina;
- o da sessão de 19 de abril ao aniversário natalício do ex-Presidente Getúlio Vargas;
- o da sessão de 5 de junho ao aniversário da República Italiana;
- o da sessão de 2 de julho aos vultos que contribuíram para a história de Independência de Brasil;
- o da sessão de 9 de julho ao aniversário da Revolução Constitucionalista de São Paulo;
- o da sessão de 23 de agosto ao aniversário da Batalha do Po, em abril de 1945;
- o da sessão de 24 de agosto à memória do ex-Presidente Getúlio Vargas, pelo transcurso do 2º aniversário de sua morte;
- o da sessão de 18 de setembro ao 10º aniversário da Constituição Federal;
- o da sessão de 23 de setembro ao quinquentenário do 1º voo de Santos Dumont em avião mais pesado que o ar;
- o da sessão de 10 de outubro ao centenário do nascimento de Francisco Paula Vicente de Azevedo, barão de Bocaina.

De conformidade com o estipulado na Resolução n. 3, de 1952, comemorou-se o dia da Bandeira (19 de novembro) com sessão especial.

## REGISTRO DE PESAR

Por duas vezes o Senado acompanhou a Câmara dos Deputados no luto que a cobriu por falecimento de seus membros: o Sr. Bartolomeu Lisandro de Albernaz, representante do Estado do Rio de Janeiro, e o Sr. Eustáquio Gomes, Deputado pelo Estado de Alagoas. As homenagens devidas à memória desses parlamentares foram dedicadas às sessões de 8 de junho e 16 de julho, respectivamente.

Votos de pesar foram concedidos pelo falecimento de outros cidadãos eminentes, a saber:

- Dr. Nicolau de Araujo Vergueiro, ex-deputado federal, ex-constituente de 1946, Prefeito de Passo Fundo e Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;
- D. Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá;
- Almirante Waldemar de Araujo Mota, ex-deputado federal pelo Distrito Federal;

- Dr. Juvenal Lamartine, ex-deputado e ex-governador pelo Estado do Rio Grande do Norte;
- José Pereira de Carvalho, taquígrafo-Revisor da Secretaria do Senado Federal;
- General José de Lima Figueiredo, ex-representante do Estado de São Paulo na Câmara dos Deputados;
- Dr. João Pinheiro Filho, ex-deputado federal pelo Estado de Minas Gerais, e falecido no exercício do cargo de Presidente do Conselho Nacional de Economia;
- Sr. Shi Chão Ying, Embaixador da China;
- Dr. José Carneiro da Gama Malcher, governador do Estado do Pará;
- Padre Luiz Cláudio de Freitas Rosa, representante do Estado do Espírito Santo na Assembleia Constituinte de 1934;
- Coronel Rui da Cruz Almeida, ex-Constituinte e ex-representante do Distrito Federal na Câmara dos Deputados;
- Dr. Adolfo Konder, ex-Constituinte de 1934;
- General Anastácio Somoza, Presidente da República da Nicarágua;
- General de Exército Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ex-Ministro da Guerra, ex-Senador e membro do Superior Tribunal Militar.

Registros de pesar ficaram também constando dos Anais pelo desaparecimento de outras personalidades ilustres:

- General Alcides Gonçalves Etchegoyen;
- Sr. João Pedro Fernandes;
- Jornalista Mauro de Almeida;
- Dr. Solon de Castro;
- Dr. Ascendino Moura, ex-deputado federal pela Bahia;
- Marechal Espiridião Rosas;
- Desembargador Artur Virgílio do Carmo Ribeiro;
- Dr. Silvío de Andrade;
- Professor Manoel Cícero Peregrino da Silva;
- Sr. Manoel Soares Londres;
- Dr. Antônio Rodrigues de Sales Filho, ex-deputado federal e ex-membro do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- Jornalista Aguinaldo Archer Pinto;
- D. José Selva, bispo de Araguaia;
- Sr. Pericles Moraes, Presidente da Academia de Letras Amazonense.

#### VAGAS, LICENÇAS E SUBSTITUIÇÕES

Em data de 27 de abril o Sr. Senador Armando Câmara, em discurso perante o Senado e em documento formalizado de acordo com o art. 22 do Regimento, renunciou ao seu mandato de Senador pelo Rio Grande do Sul.

Para preencher a vaga foi convocado o seu suplente, Sr. Mem de Sá, empossado em 28 de junho.

Em 13 de abril foi promulgada a Resolução n. 5, de 1956, pela qual ficaram canceladas as licenças que haviam sido concedidas em sessão legislativa anterior aos Srs. Senadores Dinarte Mariz e Moisés Lupion para o exercício dos cargos de Governadores dos Estados do Rio Grande do Norte e do Paraná, respectivamente.

Em documentos lidos na sessão de 11 de maio, ambos renunciaram às cadeiras que ocupavam no Senado.

A vaga do Sr. Dinarte Mariz foi preenchida pelo Suplente, Sr. Reginaldo Fernandes, que já estava ocupando interinamente a cadeira.

Quanto à do Sr. Moisés Lupion, tendo o seu suplente, Sr. Alô Guimarães, que, eleito na mesma oportunidade para outra cadeira na representação paranaense nesta casa, manifestado à Mesa o desejo de deixar o mandato que estava exercendo, para ser empessoado como sucessor do titular renunciante, foi o assunto submetido ao exame da Comissão de Constituição e Justiça, que em seu Parecer n. 442/56, se manifestou favoravelmente à pretensão.

Em vista disso, o Sr. Alô Guimarães renunciou à sua cadeira, sendo empossado na deixada pelo Sr. Moisés Lupion.

Em consequência da renúncia do Sr. Alô Guimarães foi provido na respectiva vaga o Sr. Gaspar Veloso, que, como suplente, já o vinha ocupando durante licença do titular da cadeira.

Eleito para o cargo de Governador do Estado do Pará, o Sr. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata renunciou, em 14 de junho, ao mandato de Senador pelo seu Estado.

Convocado para suceder-lhe, o seu suplente, Sr. Waldir Bouhid, também desistiu dos seus direitos a cadeira, conforme declaração de que o Senado tomou conhecimento em sessão de 17 de agosto.

Consequentemente, a Mesa fez a comunicação prevista no art. 52, parágrafo único, da Constituição ao Tribunal Superior Eleitoral, que, em ofício de 15.10.56, lido em 16.10.56, comunicou haver sido marcada para 17.2.57 a eleição destinada a escolher o novo membro da representação do Pará nesta Casa e seu suplente.

Foram concedidas as seguintes licenças:

- ao Sr. Senador Bernardes Filho, em 26 de abril, por 90 dias em prorrogação, tendo continuado em exercício o suplente, Sr. Péricles Pinto (em 19 de junho o Sr. Senador Bernardes Filho reassumiu o exercício do mandato, desistindo do restante da licença);
- ao Sr. Juracy Magalhães, por 91 dias, em 4 de maio (a partir de 7), tendo sido convocado o suplente Sr. Ovídio Antunes Teixeira, empossado em 7 (reassumiu o Sr. Juracy Magalhães em 7.8.56);
- ao Sr. Leônidas de Melo, em 14 de junho, por 30 dias, em prorrogação, a partir de 1 de julho, continuando em exercício o suplente, Sr. Mendonça Clark (reassumiu o titular em 30.7.56);
- ainda ao Sr. Leônidas de Melo, em 8 de outubro, por 180 dias (tendo sido convocado o suplente, Sr. Mendonça Clark, que assumiu em 15 do mesmo mês);

- ao Sr. Alberto Pasqualini, em 19 de junho, por 120, a partir da mesma data, tendo sido convocado o suplente, Sr. Primio Beck, que assumiu em 19 de junho;
- ainda o Sr. Alberto Pasqualini, em 19 de novembro, por 120 dias, em prorrogação (continuando em exercício o Sr. Anibal de Primio Beck);
- ao Sr. Sebastião Archer da Silva, em 26 de julho, por 120 dias, tendo o seu suplente, Sr. Remy Archer assumido o exercício na mesma data;
- ainda ao Sr. Sebastião Archer, em 19 de novembro, por 120 dias, em prorrogação (continuando em exercício o suplente, Sr. Remy Archer);
- ao Sr. Pedro Ludovico, em 10 de setembro, convocado o suplente, Sr. José da Costa Pereira que assumiu na mesma data;
- ao Sr. João Arruda, em 21 de novembro, por 120 dias a partir de 26, data em que assumiu o suplente, Sr. Otacílio Jurema;
- ao Sr. Tarcísio Miranda, em 5 de dezembro, por 95 dias, a partir de 10 do mesmo mês, data em que passou a participar dos trabalhos da Casa o seu suplente, Sr. Arlindo Rodrigues.

Autorizado pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo n. 8, de 1956), ausentou-se do país o Presidente desta Casa, a fim de visitar os Estados Unidos da América, tendo estendido a visita a varios outros países da América e da Europa.

## M I S S Õ E S   N O   E S T R A N G E I R O

Como nos anos anteriores, o Senado participou da Delegação do Brasil à XLVa. Conferência da União Interparlamentar, reunida desta vez em Bangkok.

Compuseram a Delegação do Senado os Srs. Senadores:

Domingos Velasco  
Carlos Lindenberg  
Cunha Melo  
Juracy Magalhães  
Júlio Leite

Como Secretário da Delegação seguiu o funcionário Philadelpho Seal (Redator) e como observador o jornalista Lauro Reis Vidal.

Tendo o Senado aderido à União Interparlamentar de Turismo, designou para comparecerem à reunião que se devia realizar de 20 de setembro a 2 de outubro em Istambul os Srs. Senadores:

Gilberto Marinho  
Lourival Fontes  
Argemiro Figueiredo  
Novais Filho

Convidados pelo Poder Executivo, tiveram autorização para participar de missões do Governo no estrangeiro os Srs. Senadores:

Apolônio Sales  
Filinto Müller  
Cunha Melo  
Gaspar Veloso  
Mourão Vieira e

Gilberto Marinho, para a posse do Presidente da República do Peru;

Filinto Müller, para participar da Assembléia comemorativa do 130º aniversário do Congresso do Panamá;

Vitorino Freire, para participar da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra;

Benedito Valadares e  
Georgino Avelino, para tomarem parte, como Delegados, na XII. Reunião da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas;

Atendendo a convites dos Parlamentos da Jugoslávia, Tchecoslováquia e Polônia, estiveram em visita àquêles países os Srs. Senadores Moura Andrade e Freitas Cavalcanti;

Paulo Fernandes, para a posse do Presidente da República do Panamá;

Gaspar Veloso, para a posse do Presidente da Bolívia;

Kerginaldo Cavalcanti, para a posse do Presidente do Equador; e

Mourão Vieira, para a posse do Presidente da República de El Salvador.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

A exemplo do que ocorrera em anos anteriores, o Estado Maior das Fôrças Armadas colocou à disposição do Senado duas matrículas no Curso dêste ano, da Escola Superior de Guerra.

Foram designados para se utilizar dessas matrículas os Srs.

Senadores:

- Mendonça Clark e
- Lima Teixeira.

C O M P O S I Ç Ã O D O S E N A D O

Ao encerrar-se esta sessão legislativa é a seguinte a composição do Senado Federal:

AMAZONAS

PARTIDO

|                                  |     |
|----------------------------------|-----|
| Leopoldo Tavares da Cunha Melo   | PTB |
| Antovila Rodrigues Mourão Vieira | PTB |
| Vivaldo Palma Lima Filho         | PTB |

PARÁ

|  |     |
|--|-----|
| Álvaro Adolfo da Silveira  | PSD |
| João Prisco dos Santos   | UDN |
| ..... (vaga resultante da renúncia do Sr. Senador Magalhães Barata e de seu suplente, Sr. Waldir Bouhid) |     |

MARANHÃO

|  |     |
|--|-----|
| Vitorino de Brito Freire   | PSD |
| Sebastião Archer da Silva (licenciado, substituído pelo suplente, Sr. Remy Archer) | PSD |
| Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo                                  | PSD |

PIAUI

|   |     |
|---|-----|
| Leônidas de Castro Melo (licenciado; substituído pelo suplente, Sr. José de Mendonça Clark) | PSD |
| Matias Olímpio de Melo  | PTB |
| Raimundo de Arêa Leão   | PTB |

CEARÁ

|  |     |
|--|-----|
| José Parsifal Barroso (exercendo o cargo de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, substituído pelo suplente, Sr. Fausto Augusto Borges Cabral) | PTB |
| Manoel do Nascimento Fernandes Tavora  | UDN |
| Onofre Muniz Gomes de Lima   | PSD |

RIO GRANDE DO NORTE

|   |           |
|---|-----------|
| Georgino Avelino  | PSD       |
| Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque  | PSP       |
| Reginaldo Fernandes (suplente convocado para a vaga resultante da renúncia do Sr. Senador Dinarte Medeiros Maris) | s/legenda |

PARAÍBA

|  |     |
|--|-----|
| João Cavalcanti de Arruda (licenciado; substituído pelo suplente, Sr. Otacílio Jurema) | UDN |
| Argemiro Figueiredo  | UDN |
| Ruí Carneiro   | PSD |

PERNAMBUCO

|  |     |
|--|-----|
| Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão | PSD |
| Antônio de Novais Filho                | PL  |
| Apolônio Jorge de Faria Sales          | PSD |

ALAGÔAS

Antonio de Freitas Cavalcanti  
Rui Soares Palmeira  
Ezechias da Rocha

PARTIDO

UDN  
UDN  
PR

SERGIPE

Lourival Fontes  
Augusto Maynard Gomes  
Julio Leite

PTB  
PSP  
PR

BAHIA

Juracy Montenegro Magalhães  
João de Lima Teixeira  
Durval Neves da Rocha (suplente, convocado, em sessão anterior para a vaga resultante do falecimento do Sr. Landulfo Alves de Almeida)

UDN  
PTB

PTB

ESPÍRITO SANTO

Atilio Vivacqua  
Ari de Siqueira Viana  
Carlos Lindenberg

PR  
PSD  
PSD

DISTRITO FEDERAL

Aguinaldo Caiado de Castro  
Gilberto Marinho  
Napoleão de Alencastro Guimarães

PTB  
PSD  
PTB

RIO DE JANEIRO

Paulo da Silva Fernandes  
Francisco Sá Tinoco  
Tarcisio de Almeida Miranda (licenciado, substituído pelo suplente, Sr. Arlindo Rodrigues)

PSD  
PSD  
PTB

MINAS GERAIS

Benedito Valadares Ribeiro  
João Lima Guimarães  
Artur Bernardes Filho

PSD  
PTB  
PR

SÃO PAULO

Auro Soares Moura Andrade  
Cesar de Lacerda Vergueiro  
Juvenal Lino de Matos

PTN  
PSD  
PSP

GOIÁS

Pedro Ludovico Teixeira (licenciado, substituído pelo suplente, Sr. José Costa Pereira)  
Jerônimo Coimbra Bueno  
Domingos Velasco

PSD  
UDN  
PSB



MATO GROSSOPARTIDO

João Vilasbôas  
 Filinto Müller  
 Silvio Curvo

UDN  
 PSD  
 UDN

PARANÁ

Alô Ticoulat Guimarães (suplente, convocado para a  
 vaga do Sr. Moisés Lupion)  
 Gaspar Veloso (suplente, convocado para a vaga do  
 Sr. Alô Ticoulat Guimarães)  
 Oton Mäder

PSD  
 PSD  
 UDN

SANTA CATARINA

Nereu de Oliveira Ramos (no exercício do cargo de  
 Ministro da Justiça e Ne-  
 gócios Interiores, substi-  
 tuído pelo suplente, Sr.  
 Francisco Gallotti)  
 Saulo Saul Ramos  
 Carlos Gomes de Oliveira

PSD  
 PTB  
 PTB

RIO GRANDE DO SUL

Daniel Krieger  
 Alberto Pasqualini (licenciado, substituído pelo  
 suplente, Sr. Anibal de Pri-  
 mio Beck)  
 Mem de Sá (suplente convocado para a vaga resultan-  
 te da renúncia do Sr. Armando Câmara)

UDN  
 PTB  
 PL

É a seguinte a representação partidária no Senado:

|                                |       |
|--------------------------------|-------|
| Partido Social Democrático     | 22    |
| Partido Trabalhista Brasileiro | 16    |
| União Democrática Nacional     | 12    |
| Partido Republicano            | 4     |
| Partido Social Progressista    | 3     |
| Partido Libertador             | 2     |
| Partido Socialista Brasileiro  | 1     |
| Partido Trabalhista Nacional   | 1     |
|                                | <hr/> |
|                                | 61    |
| Sem legenda                    | 1     |
| Vaga                           | 1     |
|                                | <hr/> |
|                                | 63    |

ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Maiores, ainda, que nos anos anteriores, foi em 1956 o atraso com que chegaram ao Senado, em sua maioria, as partes em que se subdivide o projeto de lei orçamentária, como se vê da seguinte tabela:

| ANEXO Nº | ÓRGÃO   | RECEBIMENTO |          |
|----------|---|-------------|----------|
|          |   | 1956        | 1957     |
| 1        | <u>Receita</u>  | 25.11.55    | 27.11.56 |
| 2        | <u>Poder Legislativo</u>  | 5.9.55      | 27.8.56  |
| 3        | <u>Órgãos Auxiliares</u>  |             |          |
|          | 3.01 - Tribunal de Contas   | 19.8.55     | 30.8.56  |
|          | 3.02 - Conselho Nacional de Economia                                      | 19.8.55     | 30.8.56  |
| 4        | <u>Poder Executivo</u>  |             |          |
|          | 4.01 - Presidência da República   | 21.9.55     | 26.10.56 |
|          | 4.02 - DASP   | 19.8.55     | 26.10.56 |
|          | 4.03 - Estado Maior das Forças Armadas                                    | 21.9.55     | 25.10.56 |
|          | 4.04 - Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas           | 21.9.55     | 26.10.56 |
|          | 4.05 - Comissão de Reparações de Guerra                                   | 23.9.55     | 25.10.56 |
|          | 4.06 - Comissão do Vale de São Francisco                                  | 7.11.55     | 6.11.56  |
|          | 4.07 - Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica                      | 5.9.55      | 4.10.56  |
|          | 4.08 - Conselho Nacional de Petróleo                                      | 5.9.55      | 8.10.56  |
|          | 4.09 - Conselho de Segurança Nacional                                     | 5.9.55      | 30.10.56 |
|          | 4.10 - Superintendência de Plano de Desenvolvimento Econômico da Amazônia | 27.11.55    | 16.11.56 |
|          | 4.11 - Ministério da Aeronáutica  | 26.10.55    | 5.11.56  |
|          | 4.12 - Ministério da Agricultura  | 22.11.55    | 13.11.56 |
|          | 4.13 - Ministério da Educação e Cultura                                   | 17.11.55    | 25.10.56 |
|          | 4.14 - Ministério da Fazenda  | 26.10.55    | 12.10.56 |

|        |  |          |          |
|--------|--|----------|----------|
| 4.15 - | Ministério da Guerra                         | 24.8.55  | 31.10.56 |
| 4.16 - | Ministério da Justiça e Negócios Interiores  | 17.11.55 | 9.11.56  |
| 4.17 - | Ministério da Marinha                        | 30.8.55  | 20.9.56  |
| 4.18 - | Ministério das Relações Exteriores           | 1.9.55   | 6.9.56   |
| 4.19 - | Ministério da Saúde                          | 7.11.55  | 29.10.56 |
| 4.20 - | Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio | 27.10.55 | 3.9.56   |
| 4.21 - | Ministério da Viação e Obras Públicas        | 20.11.55 | 13.11.56 |

## 5 - Poder Judiciário

|        |                              |          |          |
|--------|------------------------------|----------|----------|
| 5.01 - | Supremo Tribunal Federal     | 17.10.55 | 25.10.56 |
| 5.02 - | Tribunal Federal de Recursos | 17.10.55 | 25.10.56 |
| 5.03 - | Justiça Militar              | 17.10.55 | 25.10.56 |
| 5.04 - | Justiça Eleitoral            | 17.10.55 | 25.10.56 |
| 5.05 - | Justiça do Trabalho          | 17.10.55 | 25.10.56 |
| 5.06 - | Justiça do Distrito Federal  | 17.10.55 | 25.10.56 |

Como seria de prever, êsse atrazo não só dificultou extremamente o estudo do projeto no Senado, restringindo de muito, o prazo que a ele devia ser dedicado, como acarretou defeitos à tarefa que a esta Casa cabia realizar na revisão da lei de meios.

Vale consignar aqui que o anexo correspondente à Receita somente esteve no Senado durante três dias (de 24 a 27 de novembro), tempo, por demais insignificante para exame de tão importante matéria.

Dispondo de prazo tão escasso, é claro que ao Senado não era possível fazer o seu trabalho com a profundidade que seria de desejar.

Ainda assim, porém, a sua colaboração se traduziu em 435 emendas.

Tal como se verificou nos anos anteriores, vezes autorizadas se ergueram no Plenário desta Casa, para se insurgir contra o sacrifício da maior parte das emendas do Senado.

Em 1956 os inconvenientes da demora verificada na remessa ao Senado do projeto orçamentário assumiram excepcional importância em virtude das dificuldades suscitadas na Casa de origem à elaboração da lei de que depende a regularidade administrativa do país no próximo ano. Essas dificuldades acarretaram a necessidade de se reduzir ainda mais o tempo que lhe devia ser assegurado à realização do seu estudo, a fim de se conjurar o perigo de vir o Brasil a ficar sem Orçamento para 1957.

Valha o caso como advertência, para reforçar o apêlo que esta Presidência, acompanhando as suas antecessoras, aqui formula aos responsáveis pela direção dos trabalhos do outro ramo do Poder Legislativo, no sentido de que, para o futuro, façam observar no tocante ao projeto orçamentário da União os prazos prescritos no Regimento Comum.

Não é possível prosseguir-se na prática injustificável - na qual se contém, até, aspectos prejudiciais ao bom nome do Congresso e ao prestígio das instituições democráticas.

Os fatos estão a demonstrar a inteira procedência das observações formuladas todos os anos pela Presidência do Senado, em seus relatórios, sobretudo, quanto a necessidade de entendimentos entre as Mesas, os dirigentes dos órgãos técnicos incumbidos de estudar, nas duas Casas, o projeto de orçamento, com os líderes dos diversos partidos representados em ambas, a fim de ser acordado um sistema de trabalho que elimine os atropelos e os defeitos que se notam, anualmente, na tramitação dessa proposição, principalmente nas fases finais, de revisão e de apreciação das emendas do Senado pela Câmara dos Deputados, evitando-se o injusto sacrifício de boa parte delas, ante a impossibilidade de um estudo mais detido.

## A PROPÓSITO DA

### ELABORAÇÃO LEGISLATIVA EM GERAL

Segundo a esta Presidência é dado apurar, têm melhorado sensivelmente as condições em que se realiza a elaboração legislativa no Senado.

Para esse fim terão concorrido, certamente, as medidas projetadas pela Mesa da última sessão legislativa da anterior legislatura e postas em prática pela atual direção administrativa da Casa.

Entre essas medidas se conta a Assessoria Legislativa, cuja colaboração, segundo o depoimento dos Srs. Senadores, tem sido das mais apreciáveis, aliviando sensivelmente a tarefa dos legisladores, na coleta de dados, na realização de levantamentos e estudos que auxiliem os relatores no exame das matérias que lhes são distribuídas.

Não basta, porém, o que já foi conseguido. É necessário cuidar-se de aperfeiçoar cada vez mais aquele órgão, aproveitando-se sobretudo o fruto da experiência de mais de um ano.

Ademais, é de todo ponto aconselhável dar corpo ao serviço de documentação, cujas bases foram lançadas pela Resolução nº 4/55.

No decurso desta sessão legislativa foi votado e transformado em resolução do Senado o projeto que criava o Serviço de Cooperação.

O seu funcionamento por certo há de trazer benefícios para os serviços do Senado, poupando os Senadores de muitas atividades inerentes ao próprio mandato, que lhes tomam precioso tempo, e que melhor aproveitamento teria para a nação se dedicado propriamente à tarefa legislativa.

Ainda no que diz respeito ao aprimoramento da obra legislativa no Senado, vale frisar a necessidade de se evitar o atropelo do estudo de certos projetos, sempre de natureza relevante, que só chegam a esta Casa nos últimos dias dos prazos fatais em que se há de ultimar a sua elaboração.

Recordem-se, da atual sessão legislativa, os que alteraram as medidas relacionadas ao Plano de Desenvolvimento Econômico, a legislação referente ao imposto de consumo, ao imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos, a licença prévia, a intervenção do Estado no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo, e a lei do inquilinato, este último recebido no mais intenso período de elaboração orçamentária.

O atraso no encaminhamento de tais matérias ao Senado equivale a impedimento a que este ramo do Congresso Nacional cumpra devidamente o seu papel constitucional, na revisão das leis iniciadas na outra Casa.

Urge adotarem-se, em ambos os ramos do Legislativo, medidas saneadoras de tais inconvenientes.

Por outro lado, é oportuno consignar que, frequentemente, são dirigidos ao Senado - até da tribuna da Câmara dos Deputados - apelos no sentido de não emendar determinados projetos, que, pelo atraso com que aqui chegam, estariam correndo o risco de não serem ultimados no tempo

em que é desejada a sua transformação em lei.

Em regra, trata-se de projetos de natureza relevante, envolvendo matéria complexa, que exige estudo em profundidade.

Tais apelos, em última análise, correspondem a solicitações para que o Senado se omita do cumprimento do seu dever e bem avisados estão os nobres membros desta Casa, quando os repelem, o que não raro se verifica.

## PUBLICAÇÕES DO SENADO

Do relatório da Diretoria de Publicações, apresentado pela sua Diretora, D. Glória Fernandina Quintela, se verifica haver sido abandonada a orientação antes adotada, a título de experiência, de se substituir a impressão dos Anais do Senado pela reunião, em volume correspondente a cada mês, dos números do "Diário do Congresso Nacional" em que se acham publicadas as atas das sessões desta Casa, com índice remissivo.

O sistema, que teria a vantagem de permitir grande economia de despesas e maior presteza na distribuição dos volumes, oferecia, entretanto, inconvenientes que a prática revelou insuperáveis, principalmente no tocante aos discursos não publicados nas atas das sessões em que foram proferidos e aos defeitos ocorridos na impressão do Diário do Congresso Nacional.

A propósito destes últimos, na sessão legislativa ora expirante várias reclamações se fizeram em Plenário, as quais foram objeto de atenta consideração da Mesa, através do Sr. Primeiro Secretário, em entendimentos com o órgão impressor do Poder Executivo.

É, segundo tem podido verificar esta Presidência, um velho problema que se arrasta por várias legislaturas, sem que até agora se lhe tenha sido possível dar solução cabal.

Em verdade, frequentes são os erros, de várias naturezas, que se encontram nos textos publicados: truncamento de períodos, troca de palavras, omissão e até substituição de nomes de oradores.

Trata-se, em suma, de erros que poderiam ser evitados por uma melhor revisão.

Examinando mais intimamente os casos, fôrça é confessar que alguns correm por conta dos próprios originais enviados à Imprensa. Retirados, ultimamente, da Diretoria da Taquigrafia os funcionários que ali se ocupavam dos trabalhos de reprodução dos discursos após a revisão, é inevitável que os textos cheguem, não raro, às oficinas gráficas em condições desfavoráveis de compreensão. Neste particular, providências que já estão tomadas, com a designação de dactilógrafos para a Taquigrafia, certamente atenderão a essa parte do problema.

Há, porém, que considerar o trabalho de revisão do Diário do Congresso Nacional, que se mostra deficiente.

Não se pode, em sã consciência, levar o mal ao débito da direção daquele órgão do Poder Executivo. Não se poderia desejar nem imaginar direção mais ativa e mais constante na sua preocupação de bem servir e mais solícita.

É sobretudo nos momentos perigosos para a eficiência do Congresso que se revelam grandes méritos daquela direção, cujo responsável, Dr. Alberto Sá Souza de Britto Pereira, não tem hora de repouso, encontrado sempre no seu posto quando há algo de urgente nos trabalhos de impressão reclamados por qualquer órgão dos três poderes da República cujas publicações são feitas no Departamento de Imprensa Nacional. Jamais houve necessidade, no Senado, de uma comunicação, para trabalho urgente, que não fôsse ele encontrado, cheio de boa vontade para remover obstáculos e atender aos mais prementes reclamos do serviço.

Também não se hão de atribuir os defeitos à falta de dedicação ou competência dos que trabalham no Departamento de Imprensa Nacional.

Ao que tem podido esta Presidência ajuizar, a origem dos males está, de um lado, na insuficiência da maquinaria - em que se há de acen-  
tuar que certas unidades, especialmente rotativas, embora datem de mais de quarenta anos, trabalham dia e noite, o que não ocorre em nenhuma outra organização gráfica; e, de outro lado, a escassês do pessoal, que vem sendo reduzido de ano para ano, em virtude dos claros que naturalmente se abrem e que não são preenchidos.

E é assim que ao corpo de revisores, em que se contam homens de real valor, se distribui, diariamente, muitas vezes mais trabalho do que a capacidade de cada homem, ainda que elevada ao máximo, poderia realizar. E chegam os originais do Congresso às oficinas, frequentemente, madrugada a dentro, quando já êsses profissionais se acham exaustos, a serem vencidos pela fadiga.

Já se pensou em designar funcionários das duas Casas para levarem a efeito, na própria Imprensa, a revisão das provas do Diário do Congresso.

Trata-se, porém, de medida capaz de perturbar a boa ordem dos serviços daquele Departamento, com a introdução, ali, de elementos fora da jurisdição da respectiva direção. Em tempos remotos, ao que a esta Presidência foi dado apurar, igual tentativa não deu os resultados esperados e foi abandonada.

Como quer que seja, porém, o que é fora de dúvida é que o mal existe e precisa ser removido.

Não será demais, pois, que esta Presidência, à maneira do que invariavelmente foi feito pelas anteriores, peça a atenção do Poder Executivo, que tem a responsabilidade do bom funcionamento do órgão impressor oficial, para o problema de dar àquêle órgão os elementos que lhe faltam para sua completa eficiência.

Com a volta ao sistema antigo, a contar dos volumes correspondentes a janeiro dêste ano, de publicação dos Anais, a parte gráfica foi entregue as oficinas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Todavia, nem um só volume, sequer, foi publicado desde então, o que aumenta, de mês para mês, o numero dos em atraso, que são os seguintes:

1919 - de 28 de abril a 31 de dezembro;

1920 - de 28 de abril a 31 de dezembro;

1926 - de 27 a 31 de dezembro;

1935 - dezembro;

1936 - todos os meses;

- 1937 - até 10 de novembro;
- 1948 - novembro e dezembro;
- 1949 a 1952 - todos os meses;
- 1956 - de janeiro a novembro.

Vários volumes de Documentos Parlamentares também aguardam publicação:

- Leis Complementares (2 volumes);
- Atas do Congresso Nacional (6 volumes);
- Decretos Legislativos
- Convenções Internacionais (2 volumes).

### R E G I M E N T O    I N T E R N O

Na presente sessão legislativa permaneceu em vigor o Regimento resultante da consolidação feita pela última Mesa da legislatura anterior, com as modificações constantes das Resoluções:

- nº 7, de 1955, que, modificando o art. 36, dispõe sobre o numero de componentes das Comissões Permanentes e cria, para cada partido, desde que tenha mais de um representante do Senado, uma suplência da Comissão de Finanças;
- nº 12, de 1955, que, alterando o art. 9º, regula a presença dos Senadores às sessões do Plenário e estabelece a colheita dos votos dos que se acharem em trabalho nas Comissões;
- nº 16, de 1955, que dá nova redação ao art. 191, sobre a votação dos projetos de emenda à Constituição.

Foi apresentado o seguinte projeto, que envolve modificações na lei interna:

- Projeto de Resolução nº 41, de 1956

Altera o art. 35 do Regimento Interno:

"Art. 1º - É acrescentado no art. 35 do Regimento Interno, in fine, o seguinte:

13a. Comissão de Planejamento e Coordenação, composta de cinco membros, representando as cinco regiões geográficas do país, respeitado o dispositivo no art. 39.

Art. 2º - A Comissão de Planejamento e Coordenação pode realizar estudos sobre a execução orçamentária, no que se refere à aplicação das verbas específicas relacionadas com o desenvolvimento econômico do país, suas condições etno-sociais e a exata situação das obras realizadas pela União ou pelas entidades de direito público ou privado que desta recebem auxílios ou subvenções.



§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades, a Comissão de Planejamento e Coordenação poderá pedir a participação de outros senadores, requisitar transporte, funcionários, material e quanto seja mister à fiel realização de seus trabalhos.

§ 2º - Os estudos realizados serão classificados por assunto pela Comissão e por esta encaminhados à Mesa e às competentes Comissões técnicas especializadas, que deles poderão aproveitar-se no exame e na elaboração de projetos".

Quanto ao Projeto de Resolução nº 2/55, pelo qual a Mesa da última sessão legislativa da legislatura anterior propôs a reforma integral do Regimento, permanece em exame, achando-se presentemente na Comissão de Constituição e Justiça, cujo relator, o ilustre Sr. Senador Daniel Krieger, lhe ofereceu substitutivo integral, já publicado em avulso para estudo, antes do pronunciamento daquele douto órgão.

### REGULAMENTO DA SECRETARIA

As normas reguladoras do funcionamento dos serviços auxiliares do Senado e do regime jurídico dos seus funcionários foram, na presente sessão legislativa:

- o Regulamento constante da Resolução nº 1, de 1950, com as modificações resultantes da Resolução nº 1/55;
- a Resolução nº 4, de 1955;
- o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, mandando aplicar, no que couber, aos servidores do Senado pela Resolução nº 4, de 1955;
- a Resolução nº 18/55, que prorroga por 90 dias o prazo estabelecido no art. 56 da Resolução nº 4, de 31 de janeiro de 1955, para apresentação do Projeto de Reforma do Regulamento;
- a Resolução nº 19/55, que estende aos funcionários aposentados da Secretaria do Senado Federal, nos termos e vigência, o abono concedido aos servidores da União pela Lei nº 2 412, de 1º de fevereiro de 1955.

Em 1956, no período abrangido por esta sessão legislativa, foram votadas e promulgadas as seguintes Resoluções de natureza regulamentar:

- Resolução nº 8, de 1956, que aplica aos funcionários da Secretaria do Senado Federal dispositivos da Lei nº 2 475, de 12 de março de 1956;
- Resolução nº 21, de 1956, que cria, na Secretaria do Senado Federal, o Serviço de Cooperação.

Ante-projeto de reforma integral do Regulamento, elaborado pelo Sr. Senador Prisco dos Santos, está sendo apreciado pela Comissão Diretora, como base para Projeto de Resolução a ser apresentado ao Plenário.

## A D M I N I S T R A Ç Ã O I N T E R N A D O S E N A D O

É com especial agrado que esta Presidência assinala o zêlo e o devotamento que a ilustre Comissão Diretora, presidida pelo Sr. Senador Apolônio Sales, tem dedicado ao desempenho da sua delicada e ardua tarefa de administrar o Senado, honrando as tradições das mais respeitáveis Comissões que a antecederam.

Casa política, em que seria natural que as interferências políticas se fizessem sentir no campo da administração interna, oferece o Senado, graças a superior orientação das suas autoridades, admirável exemplo de austeridade e de exatidão no trato da coisa pública e na solução dos problemas inerentes à sua ordem administrativa, numa eloquente demonstração de quanto pode alcançar o político quando sobrepõe os ditames da consciência e os interesses do país e da instituição a que serve às injunções e solicitações a que está sujeito pela própria natureza das funções representativas que exerce.

Esse louvor em boa parte cabe ao eminente Sr. Vivaldo Lima, 1.º Secretário, o mais diretamente responsável pelo bom funcionamento dos serviços internos do Senado. Tem Sua Excelência desenvolvido, à frente da Primeira Secretaria, uma atuação inconfundível pela boa ordem que tem imprimido àquêles serviços pelo acerto das providências tomadas a fim de que alcancem a maior eficiência e pela energia serena e vigilante que caracteriza a sua atuação de todos os dias.

Se essas palavras de justiça são devidas aos dirigentes supremos da administração da Casa, não podem elas deixar de ser extensivas a todos os Srs. Senadores, que, numa alta compreensão dos seus deveres, têm sabido prestigiar os atos da Comissão Diretora.

Não deve ser esquecido, por igual, o papel do digno e infatigável Diretor Geral, Dr. Luiz Nabuco, sempre atento ao cumprimento dos seus espinhosos deveres, sempre solícito em cercar os Srs. Senadores, na esfera das suas atribuições, da melhor assistência para o bom desempenho do mandato, assim no que diz respeito às condições de conforto material das instalações do Palácio Monroe, objeto do seu constante e inextinguível desvelo, como no que tange à eficiência dos serviços auxiliares.

Merecedores de aprêço são, também, de modo geral, os servidores do Senado, conjunto que honra o serviço público do país. É sobretudo nos momentos difíceis, em que o interesse nacional reclama que dêes valorosos colaboradores do Legislativo se exija mais que normalmente fôra lícito desejar, que se pode ajuizar devidamente de quanto podem alcançar o devotamento, que não raro se confunde com o espírito de sacrifício, o idealismo e o entusiasmo quando postos, sem reservas, a serviço do bem do país. E, então, o que se observa é espetáculo sobremaneira emocionante: um grupo de algumas dezenas de pessoas, de ambos os sexos, com a sua capacidade de trabalho inteiramente mobilizada, numa atividade febril, que, varando noites, se prolonga por semanas a fio, sem os que a elas se entregam se apercebiam das necessidades mais essenciais à vida, como a alimentação e o sono, e que, nesse trabalho sem pausa, põem em perigo a saúde física e mental, arriscando-se a danos que podem ser irreparáveis. So depois de esgotado o último trabalho o conjunto admirável se sente no direito de parar, quando já a exaustão, enfrentada corajosamente, o ameaça inexoravelmente.

Difícil, se não impossível, seria encontrar, no serviço público, em tempo de paz, espetáculos como êsse, que se repetem todos os anos, e, no mesmo ano, em tôdas as fases agudas de trabalho, quando o Senado

esteja chamado a deliberar com urgência sobre matérias que, pela sua relevância e complexidade, exijam essa mobilização integral de esforços, em que legisladores e funcionários se confundem, numa atividade que assume as proporções de sacrifício.

Para bem retratar o que representam esses funcionários no conjunto do órgão legislativo que é o Senado da República, vale recordar as seguintes palavras de um dos seus mais brilhantes e eloquentes oradores, o Sr. Moura Andrade.

1956: Eis o que disse Sua Excelência na sessão de 24 de novembro de

"Sr. Presidente, neste Senado desamparado de recursos e assistência, encontramos, em cada um desses servidores, pessoas que não sabiam mais onde buscar forças no sentido de dar aos Srs. Senadores a cobertura indispensável à realização dos seus deveres.

Nós, que trabalhamos nas Comissões, saímos diariamente às duas e três horas da madrugada e entramos às oito e nove da manhã, participando, ainda, das sessões plenárias, somos testemunhas de que, depois que nos retiramos e vamos descansar, os funcionários continuam no trabalho ...

O Sr. César Vergueiro - Até às oito e nove horas da manhã.

O Sr. Moura Andrade - ... para completar as redações finais, realizar o serviço indispensável à feitura da ordem do dia, para, enfim, fazer aquele serviço sem o qual não poderíamos, de modo algum, chegar aos resultados que temos alcançado ...

O Sr. César Vergueiro - Exaustos.

O Sr. Moura Andrade - ... exaustos, mas entusiastas no cumprimento do seu dever, apaixonados pelo seu trabalho, portadores de uma dedicação que não se encontra em lugar algum.

Trocando idéias com os Srs. Senadores costumava eu dizer que sou um homem surpreendido com o funcionalismo do Senado da República, pois realmente trabalham eles melhor e mais criteriosamente do que os próprios funcionários mais bem remunerados das mais rigorosas empresas particulares que já conheci.

O Sr. Rui Carneiro - V. Excia. dá licença para um aparte?

O Sr. Moura Andrade - Pois não.

O Sr. Rui Carneiro - Estou informado de que os funcionários desta Casa trabalharam todo o dia de ontem, e a noite inteira, até às nove horas de hoje.

O Sr. Gaspar Veloso - Há vários dias que trabalham neste ritmo.

O Sr. César Vergueiro - Há mais de dez dias.

O Sr. Moura Andrade - Perfeitamente, o esforço é de todos os dias."

Merecedores do aprêço da Casa e do país são todos os órgãos que constituem os serviços auxiliares do Senado, estejam eles, pela natureza das suas funções, mais diretamente ligados à atividade do Plenário, e, conseqüentemente, mais em evidência, ou funcionem discretamente, na penumbra. Todos se entrosam, perfeitamente, nesse conjunto admirável e todos são dignos de encômios.

ção:

Lembromo-los a todos, como reconhecimento da sua meritória atuação:

- a Diretoria das Comissões, cuja colaboração está a mostrar a cada passo, o acerto da sua criação, sob a direção do Dr. Evandro Mendes Viana;
- a Diretoria da Taquigrafia, com o seu excelente corpo taquígráfico, sob o comando do Dr. Clemente Watzl;
- a Diretoria do Arquivo, ora modelarmente organizada, sob a responsabilidade do Dr. Lauro Portela;
- a Diretoria da Ata, entregue à orientação do Dr. Francisco Bevilacqua;
- a Diretoria da Biblioteca, dirigida interinamente por D. Aurora de Souza Costa;
- a Diretoria da Contabilidade, superintendida por D. Maria Tavares Barreto Coelho;
- a Diretoria do Expediente, orientada, em caráter interino, por D. Julieta Galathéa de Novais;
- a Diretoria de Publicações, tendo como Diretora D. Glória Fernandina Quintela;
- a Diretoria do Pessoal, de que é titular D. Ninon Borges Seal, substituída temporariamente, por D. Áurea de Barros Rêgo;
- o Serviço Médico, outro órgão cuja criação só merece louvores o que vem prestando assistência aos Srs. Senadores e funcionários, sob a orientação eficiente do Dr. Evilásio Veloso;
- o Protocolo Geral, chefiado por D. Marion Austregósilo de Athayde;
- a Portaria, tendo à sua frente o Sr. Luiz Gomes de Carvalho;
- a administração do Edifício, a cargo do Sr. Joaquim Costa;
- a Garage, sob o controle do Sr. José Celestino Pessoa.

No decorrer da presente sessão legislativa verificou-se no quadro do funcionários do Senado as seguintes modificações:

Falecimentos:

- José Pereira de Carvalho, taquígrafo revisor, padrão PL-2.

Aposentadorias:

- José Soares de Oliveira, porteiro, classe N;
- Raul Weguelin de Abreu, redator, classe N;
- Marcos José Lisboa de Oliveira, Diretor de Serviço, padrão PL-2;
- José Eustáquio Luiz Alvds, redator, padrão PL-7;
- Artur da Rocha Ribeiro, redator, classe 0;

- Flávio Amorim Goulart de Andrade, Vice-Diretor Geral, padrão PL-1;
- Paulo da Silva Carneiro, Auxiliar de Portaria, classe K;
- Galdino José da Silva, Administrador do Edifício, padrão PL-7;
- Simião Antonio da Costa, Ajudante de Porteiro, classe M.

NOMEAÇÕES - Auxiliar Legislativo, classe J :

- Maria do Carmo Reis Brandão
- Maria José Pacheco Giglio
- Onilda Rodrigues de Melo Souza
- Lygia Moraes Abreu
- Maria José Miranda
- Anna Maria Tavares Sobral
- Neco Gomes
- Antônio de Araujo Costa
- Artur Levy Sequeira Schütte
- Ruth de Souza Castro.

PROMOÇÕES :

A Diretor de Divisão, padrão PL-1 :

- Franklin Palmeira.

A Diretor de Serviço, padrão PL-2 :

- Aurea de Barros Rego
- Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves

A Taquígrafo Revisor, padrão PL-3 :

- Luiza Berg Cabral.

A Taquígrafo, PL-7 :

- Beatriz Brandão Brígido
- Vera Moreira Ericson

A Taquígrafo, classe O :

- Celina Ferreira Franco.

A Oficial Legislativo, classe PL-7 :

- Edith Balassini
- Arlete de Medeiros Alvim

A Oficial Legislativo, classe O :

- Gilda Leal Costa
- Maria do Carmo Rondon Ribeiro

A Oficial Legislativo, classe N :

- Benedita Pinto Arruda
- Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas

A Oficial Legislativo, classe M:

- Maria Cherubina Costa
- **João Batista Castejon Branco**

A Porteiro, classe N:

- 
- Arnaldo Batista de Paulo
- **Manoel Rabelo**

A Ajudante de Porteiro, classe M:

- **Joaquim dos Santos**
- João Ribeiro de Souza
- **José Inocêncio Cavalcanti**

A Auxiliar de Portaria, classe L:

- **João Luiz da Rocha**
- Antônio Luiz da Rocha
- **José Sales de Oliveira**

A Auxiliar de Portaria, classe K:

- Jorge Antunes
- **José Jurandir de Vasconcelos**
- Ari Feliciano de Araujo.
- **Lázaro de Freitas.**

Não deve passar sem registro, igualmente, a atividade da Comissão de Promoções, cujo papel, por demais delicado, representa uma interessante manifestação do espírito democrático que impera no Senado da República, onde os próprios funcionários escolhem, anualmente, os colegas que, sob a presidência de um membro da Comissão Diretora, e em igualdade de condições de decisão com este, estudam os direitos de cada um, no tocante a promoções, e apontam ao órgão dirigente da Casa, os mais merecedores de acesso, quando a escolha deva ser feita por merecimento.

Integraram a Comissão de Promoções no ano que termina, o Sr. Senador Prisco dos Santos (designado em substituição ao Sr. Senador Neves da Rocha, inicialmente escolhido, mas impossibilitado, por motivo inerente à saúde, de continuar a participar dos trabalhos da Comissão), o Assessor Legislativo Paulo Nunes Augusto de Figueiredo e o Redator Mauro Cunha Campos de Moraes Castro.

Ultimou-se, no decorrer desta sessão legislativa, o concurso que se estava realizando para preenchimento de vagas de Auxiliares Legislativos, tendo sido nomeados os candidatos habilitados, rigorosamente dentro da ordem de classificação.

Na Resolução nº 39/56 o Senado deliberou reduzir a carreira de Auxiliar Legislativo, constante de 26 lugares da classe J e 14 da classe K, a 22 cargos, sendo 16 da classe J e 6 da classe K, sendo os seis primeiros nomeados e automaticamente promovidos à classe K.

Prosseguem os trabalhos do concurso, iniciado em sessão legislativa anterior, para cinco lugares de Assessor Legislativo, sendo

- 1 para a Comissão de Educação e Cultura
- 1 para a Comissão de Economia
- 1 para a Comissão de Legislação Social
- 1 para a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas
- 1 para a administração geral da Casa.

Finalmente, há que assinalar o início de concurso público para duas vagas no corpo taquigráfico.

Inscreveram-se para êsse concurso 64 candidatos.

O Senado Federal retoma, assim, a louvável iniciativa de recrutar em competições públicas dentro das melhores normas de seleção e de justiça, os seus colaboradores, a que tão relevante papel cabe ao bom funcionamento desta Casa.

### I N S T A L A Ç Õ E S   D O   S E N A D O

Terminados, com a adjudicação dos prêmios aos vencedores, os trabalhos do concurso de ante-projeto para novo edifício-sede do Senado, nos termos das deliberações constantes das Resoluções ns. 5, de 1953 e 9, de 1954, da legislatura anterior, parecem à direção administrativa da Casa, conveniente sobrestar a execução do plano aprovado, a vista da fase de intensa atividade que, como é notório, se abriu na realização da idéia da interiorização da Capital da República.

A fim de melhorar as condições do Palácio Monroe, insuficiente, na angústia das suas acomodações, para conter as instalações mínimas indispensáveis ao bom funcionamento do Senado, obras de ampliação vêm sendo ativamente executadas no terraço, as quais proporcionarão aos Srs. Senadores e aos serviços auxiliares da Casa mais alguns salões.

Por outro lado, providências estão sendo tomadas, por louvável iniciativa da Comissão Diretora, para a refrigeração do pavimento em que se acha localizado o Plenário e para a adoção do processo mecânico de votação.

### S E S S Õ E S   C O N J U N T A S

Concorreu o Senado Federal para a realização de 33 sessões conjuntas, a saber:

- para instalação da sessão legislativa, em 15 de março;
- para promulgação da Emenda Constitucional nº 2, em 3.7.56;
- para apreciação de vetos presidenciais, em 22 de março; 3, 5, 10, 12 e 24 de abril; 15 e 17 de maio; 5, 10, 12, 19, 26 e 28 de junho; 3, 5, 10, 12 e 18 de julho; 2, 9 e 30 de outubro; 6 e 8 de novembro; 3, 4, 6 e 11 de dezembro.

A que deveria ser levada a efeito em 20 de novembro foi transferida para 6 do corrente, em virtude da existência, em ambas as Casas do Congresso, de matéria de natureza urgente, dependendo de deliberação do Plenário naquela data.

## VETOS PRESIDENCIAIS

Suscitarãm veto presidencial 24 proposições, 16 totalmente e 8 parcialmente.

Da sessão legislativa anterior haviam ficado para ser apreciados outros 4 vetos.

Subiram, assim, a 28 os que tiveram solução no período legislativo que ora se encerra.

Dos projetos totalmente vetados foram mantidos 16 e rejeitados 2.

Dos parcialmente atingidos pela restrição presidencial, há que assinalar que em 4 deles houve manutenção de disposições vetadas (em 34 disposições vetadas 4 foram mantidas).

São as seguintes as matérias a que o Chefe do Poder Executivo negou sanção:

- 1) - Projeto de Lei n.º 2298/52, na Câmara dos Deputados n.º 268/53, no Senado Federal.

Cria, no Exército, o Quadro de Auxiliares de Administração.

Veto total - apreciado em 22.3.56  
(mantido o veto);

- 2) - Projeto de Lei n.º 129/55, na Câmara dos Deputados n.º 166/55, no Senado Federal.

Considera de efetivo serviço o tempo que o militar passou ou vier a passar afastado de suas funções em consequência de exercício de cargo público temporário, eletivo ou não.

Veto total - apreciado em 22.3.56  
(mantido o veto);

- 3) - Projeto de Lei n.º 1112/50, na Câmara dos Deputados n.º 221/53, no Senado Federal.

Regula as promoções dos oficiais do Exército.

Veto parcial - apreciação em 3.4.56  
(Mantido o veto a 6 dispositivos o rejeitado quanto a 2);

- 4) - Projeto de Lei n.º 4709/54, na Câmara dos Deputados n.º 241/55, no Senado Federal.

Dispõe sobre a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de assistência social dos funcionários públicos civis e militares com os proventos de aposentadoria ou reforma.

Veto total - apreciado em 5.4.56  
(Mantido o veto);



- 5) - Projeto de Lei n. 158/55, na Câmara dos Deputados  
n. 198/55, no Senado Federal.

Dispõe sobre o uso de distintivos de Quadro ou Corpo nos uniformes das Forças Armadas.

Veto total - apreciado em 10.4.56  
(Mantido o veto);

- 6) - Projeto de Lei n. 4844/54, na Câmara dos Deputados  
n. 38/56, no Senado Federal.

Dispõe sobre a classificação de cargos do serviço público federal, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências.

Veto parcial - apreciado em 12.4.56  
(Mantido o veto a 13 dispositivos);

- 7) - Projeto de Lei n. 426/55, na Câmara dos Deputados  
n. 200/55, no Senado Federal.

Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pelas Indústrias Reunidas de Ferro e Aço Limitada (IRFA).

Veto total - apreciado em 24.4.56  
(Mantido o veto);

- 8) - Projeto de Lei n. 4748/54, na Câmara dos Deputados  
n. 211/55, no Senado Federal.

Dispõe sobre a contribuição de segurados aos Institutos de Previdência.

Veto parcial - apreciado em 15.5.56  
(Mantido o veto aos 2 dispositivos);

- 9) - Projeto de Lei n. 141/55, na Câmara dos Deputados  
n. 118/55, no Senado Federal.

Prorroga por um ano o prazo estabelecido no parágrafo único da Lei n. 2198, de 6 de abril de 1954 (Dispõe sobre a elevação do capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento).

Veto total - apreciado em 17.5.56  
(Mantido o veto);

- 10) - Projeto de Lei n. 4646/54, na Câmara dos Deputados  
n. 227/55, no Senado Federal.

Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço para efeito de licença especial.

Veto total - apreciado em 5.6.56  
(Mantido o veto);

- 11) - Projeto de Lei n.º 4634/54, na Câmara dos Deputados  
n.º 253/55, no Senado Federal.

Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a registrar os diplomas expedidos pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis.

Veto total - apreciado em 12.6.56  
(Rejeitado o veto);

- 12) - Projeto de Lei n.º 153/51, na Câmara dos Deputados  
n.º 336/52, no Senado Federal.

Dispõe sobre o pagamento de Cr\$. . . . .  
50.000.000,00 ao Estado de Pernambuco, a título de indenização pelo Território da Ilha de Fernando de Noronha.

Veto total - apreciado em 19.6.56  
(Rejeitado o veto);

- 13) - Projeto de Lei n.º 2929/53, na Câmara dos Deputados  
n.º 87/55, no Senado Federal.

Fixa em seis o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências.

Veto total - apreciado em 26.6.56  
(Mantido o veto);

- 14) - Projeto de Lei n.º 1565/52, na Câmara dos Deputados  
n.º 383/52, no Senado Federal.

Autoriza o Poder Executivo a doar terrenos foreiros à Associação Damas de Caridade, com sede em Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.

Veto total - apreciado em 28.6.56  
(Rejeitado o veto);

- 15) - Projeto de Lei n.º 4026/54, na Câmara dos Deputados  
n.º 83/55, no Senado Federal.

Considera para todos os efeitos, como de efetivo serviço, o tempo de serviço militar prestado como aluno dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva das Forças Armadas.

Veto total - apreciado em 3.7.56  
(Mantido o veto);

16)

- 16) - Projeto de Lei n.º 491/51, na Câmara dos Deputados  
n.º 373/53, no Senado Federal.

Dispõe sobre a fabricação e comércio de vinhos, de seus derivados e bebidas em geral, e dá outras providências.

Veto parcial - apreciado em 5.7.56  
(Mantido o veto quanto ao dispositivo vetado);

- 17) - Projeto de Lei n.º 31/55, na Câmara dos Deputados  
n.º 179/55, no Senado Federal.

Modifica o § 1º do art. 13 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Voto total - apreciado em 10.7.56  
(Mantido o veto);

- 18) - Projeto de Lei n.º 38/52, no Senado Federal  
n.º 869/55, na Câmara dos Deputados

Modifica o artigo 8º da Lei n.º 1505, de 19.12.51, que dispõe sobre as condições que o advogado ou o membro do Ministério Público deve preencher para ser nomeado desembargador.

Voto total - apreciado em 12.7.56  
(Mantido o veto);

- 19) - Projeto de Lei n.º 2/56 no Senado Federal  
n.º 983/56, na Câmara dos Deputados.

Dispõe sobre normas processuais para reajuste de dívidas dos pecuaristas.

Voto parcial - apreciado em 18.7.56  
(Rejeitado o veto quanto aos 2 dispositivos vetados);

- 20) - Projeto de Lei n.º 3876/53, na Câmara dos Deputados  
n.º 268/55, no Senado Federal.

Altera dispositivo da Lei Imposto de Renda, institui a tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros em relação ao capital social e as reservas, e dá outras providências.

Voto parcial - apreciado em 2.10.56  
(Rejeitado o veto quanto a 2 dispositivos vetados e mantido quanto a 4);

- 21) - Projeto de Lei n.º 503/49, na Câmara dos Deputados  
n.º 29/51, no Senado Federal.

Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Voto total - apreciado em 9.10.56  
(Mantido o veto);

22) - Projeto de Lei n.º 4518/54, na Câmara dos Deputados  
n.º 281/55, no Senado Federal.

Permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Associação Beneficente Postal do Amazonas.

Veto total - apreciado em 30.10.56  
(Mantido o veto);

23) - Projeto de Lei n.º 1146/56, na Câmara dos Deputados  
n.º 187/56, no Senado Federal.

Provê sobre os pagamentos de cooperações financeiras destinadas ao ensino médio.

Veto parcial - apreciado em 6.11.56  
(Rejeitado o veto quanto ao dispositivo vetado);

24) - Projeto de Lei n.º 1165/56, na Câmara dos Deputados  
n.º 137/56, no Senado Federal.

Revigora por 30 dias o prazo concedido no § 7º do art. 6º da lei n.º 2193, de 9 de março de 1954 (dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional).

Veto parcial - apreciado em 8.11.56  
(Mantido o veto quanto ao dispositivo vetado);

25) - Projeto de Lei n.º 14/56, no Senado Federal  
n.º 1607/56, na Câmara dos Deputados.

Disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e dá outras providências.

Veto parcial - apreciado em 3.12.56  
(Mantido o veto quanto ao dispositivo vetado);

26) - Projeto de Lei n.º 600/50, na Câmara dos Deputados  
n.º 16/56, no Senado Federal.

Dispõe sobre aposentadoria de funcionários integrantes da carreira de Enfermeiro.

Veto total - apreciado em 4.12.56  
(Mantido o veto);

27) - Projeto de Lei n.º 4582/54, na Câmara dos Deputados  
n.º 59/50, no Senado Federal.

Autoriza o Poder Executivo a mandar efetuar a reversão ao serviço ativo de Exército dos oficiais do Quadro do Serviço de Intendência que tenham sido compulsados desde 2 de junho de 1946.

Veto total - apreciado em 6.12.56  
(Mantido o veto);

28) - Projeto de Lei n.º 2640/52, na Câmara dos Deputados  
n.º 30/55, no Senado Federal.

Institui o ensino de obstetrícia, e dá outras providências.

Veto total - apreciado em 11.12.56  
(Mantido o veto).

### EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

Em data de 3.7.56 foi solenemente promulgada a Emenda Constitucional n.º 2, que concede autonomia ao Distrito Federal.

Mais um projeto dessa natureza teve origem no Senado: o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1/56, assinado pelo Sr. João Villasboas, e mais 21 senadores, visando a alteração da emenda n.º 2, para o fim de coincidir com a dos vereadores, para a próxima legislatura, a eleição do Prefeito do Distrito Federal.

Acha-se a matéria entregue ao estudo da Comissão Especial para esse fim eleita, na forma do Regimento.

### CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Acha-se o Congresso Nacional convocado, por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, para se reunir extraordinariamente de 1.º de fevereiro a 9 de março de 1957.

Pela Presidência já foi marcada para o dia 1.º de fevereiro, às 15 horas, a sessão conjunta de instalação dessa sessão legislativa extraordinária.

### PALAVRAS FINAIS

Ao encerrar esta exposição desejamos dirigir a quantos compõem esta Casa, ou lhe prestam colaboração, as nossas saudações e votos de felicidade, com sinceras congratulações pelo trabalho realizado.

Foi, sem dúvida, profícua a atividade deste ramo do Congresso Nacional no período legislativo que se encerra.

Conforme ficou visto, foram votadas numerosas leis importantes, das quais muitos benefícios se esperam para o país, sobretudo no campo econômico.

E o esforço desenvolvido mostrou, de maneira expressiva, a flexibilidade das normas de trabalho desta Casa, que lhe permitem, sempre que necessário, levar a efeito rapidamente os seus estudos e o seu pronunciamento sobre as matérias sujeitas ao seu voto, sem prejuízo da profundidade com que devam ser feitos.

É especialmente confortador assinalar o espírito que preside à atividade dos que aqui se reúnem para trabalhar pelo Brasil no campo legislativo e no controle da vida política do país.

Já tem sido inúmeras vezes registrada a superioridade com que, no Senado Federal, são enfrentados os problemas de maior interesse para o Brasil. Diante deles se esquecem as divergências partidárias, desaparecem antagonismos, para ficar, só e só, como única inspiração e único estímulo, o bem da pátria comum.

Na presente sessão legislativa em muitas oportunidades o fato se evidenciou.

O ambiente de cordialidade e compreensão, que é uma das mais honrosas características do Senado brasileiro, e que a veemência dos debates jamais põe em perigo, muito se deve, por sem dúvida, à ação inteligente, patriótica e sempre nobremente inspirada dos Srs. Líderes, todos merecedores de aplausos pela dignidade e pela superioridade com que têm sabido conduzir os seus liderados.

Nem se devem esquecer aquelas semanas de atividade febril ligada ao preparo da lei orçamentária, em que vários membros desta Casa aqui amanheceram à mesa de trabalho, estudando emendas, examinando propostas, elaborando pareceres.

Por igual, não deve passar sem registro o espetáculo, tão frequentemente reproduzido nas salas de reuniões desta Casa, de representantes estaduais cercados de pessoas de todos os níveis sociais, a debaterem problemas de vital interesse para os seus Estados, ou para determinadas classes, mas, sempre, de interesse ainda maior para o Brasil.

Isso é belo e confortador, Senhores Senadores!

Não devemos esquecer aqueles dias em que, diante de proposições de funda repercussão na economia nacional e no bem-estar do povo brasileiro, como as referentes ao Plano de Desenvolvimento Econômico, ao imposto de consumo e ao imposto sobre lucros extraordinários, Senadores de todas as correntes, na maior cordialidade, debruçados sobre os textos propostos, procuravam, por horas a fio, as melhores fórmulas para acudir às necessidades imperativas de um erário em penúria sem sacrifício do contribuinte e capazes de dar ao Executivo os recursos pedidos com o objetivo de acelerar o progresso do país.

É, pois, de inteira justiça o agradecimento e o aplauso que ora dirigimos:

- aos dignos titulares da Vice-Presidência, das Secretarias da Mesa e seus suplentes, pela assistência que deram a esta Presidência e pela elevação e eficiência com que se conduziram na direção dos trabalhos do Plenário, quando lhes coube exercê-la, ou de seus próprios setores funcionais;
- aos Presidentes das Comissões, pelo patriótico esforço que puzeram na orientação dos órgãos do Senado, procurando, infatigavelmente, tudo realizar para a maior eficiência dos respectivos trabalhos;
- aos Srs. Senadores em geral, pelo espírito de compreensão e pelas manifestações de honroso apreço que dispensaram à Mesa e em especial à Presidência;
- aos funcionários, dos mais altamente colocados na escala hierárquica aos mais humildes, pelos seus exemplos edificantes de devotamento, no decorrer deste período legislativo, conforme já foi assinalado neste relatório;

- aos servidores de outros órgãos do poder público, aqui destacados para prestar colaboração ao Senado, pelo que de dedicação e de eficiência caracterizou a sua atuação;
- aos representantes da imprensa, do rádio, da televisão e das organizações de divulgação cinematográfica, pela sua eficiente atuação e pela superioridade com que se distinguiram no registro ou na crítica do que aqui se realizou, sempre inspirados no pensamento de prestigiar não apenas o Senado, mas as instituições políticas do país.

Federal. A todos os agradecimentos da Presidência do Senado

